

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO ABRE 49 VAGAS

CONCURSO O Governo do Estado divulgou nesse final de semana o edital do concurso para preencher 49 vagas na Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz). As inscrições vão de 7 de março a 15 de abril. Podem concorrer às vagas candidatos com curso superior concluído em qualquer graduação.

A banca contratada para organizar o concurso e aplicar as provas é Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com a Secretaria da Administração (Saeb) e Secretaria da Fazenda (Sefaz).

Veículo:

Título: Concurso SEFAZ-BA2022: Edital tem 49 vagas para Agente de Tributos

Link: <https://www.acheconcursos.com.br/concursos-bahia/concurso-sefaz-ba-2022-agente-tributos-52347>

Canal de Comunicação: INTERNET

Data: 26/02/2022



Saiu o esperado edital do novo concurso da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (concurso Sefaz-BA). A Secretaria da Administração divulgou no Diário Oficial do Estado do dia 26 de fevereiro as normas de abertura do concurso para 49 vagas imediatas no cargo de Agente de Tributos Estaduais, sendo 14 vagas para área de Administração e Finanças, 05 vagas para Tecnologia da Informação e outras 30 vagas para área de Administração Tributária. A Fundação Getúlio Vargas é quem coordena o certame. A função exige curso superior em qualquer graduação, devidamente registrado, fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). O salário básico do cargo é de R\$ 1.393,67, acrescido de gratificação de atividade fiscal que varia de R\$ 3.902,28 a R\$ 6.410,89, mais pagamento de CET de até R\$ 1.560,91 e prêmio por desempenho fazendário, cujo valor máximo é de R\$ 3.746,19. Segundo informado no edital, a remuneração inicial na carreira varia de R\$ 10.603,05 a R\$ 13.111,66. Do total de vagas abertas, 5% serão destinadas aos candidatos com deficiência e 30% ficam para os candidatos negros. Inscrição no concurso SEFAZ-BAA inscrições no concurso devem ser realizadas via internet, no endereço eletrônico da FGV - <https://conhecimento.fgv.br/concursos/saebba22>, das 16 horas do dia 07 de março às 16 horas do dia 05 de abril de 2022. O valor da taxa de inscrição está fixado em R\$ 150,00. Os candidatos inscritos passarão por duas etapas de avaliação, sendo elas: Provas objetivas de caráter eliminatório e classificatório com 70 questões de conhecimentos gerais e específicos; Prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório. A prova objetiva será realizada na data prevista de 05 de junho de 2022, das 8h às 14h, segundo o horário de Brasília-DF na cidade de Salvador-BA, nos locais a serem divulgados no dia 21 de maio. Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados pela FGV no dia 07 de junho. As provas objetivas envolverão os seguintes conteúdos: Conhecimentos Gerais 07 questões de Língua Portuguesa; 05 questões de Direito Constitucional; 05 questões de Direito Administrativo; 05 questões de Direito Tributário; 05 questões de Contabilidade Geral; 05 questões de Estatística; 03 questões de Noções de Igualdade Racial Conhecimentos Específicos, por área de atuação: Administração e Finanças 15 questões de Administração, Economia e Finanças Públicas 05 questões de Matemática Financeira; 10 questões de Contabilidade aplicada ao Setor Público; 05 questões de Informática básica; Tecnologia da Informação 20 questões de Informática; 08 questões de Gestão Organizacional; 07 questões de Matemática e Raciocínio Lógico; Administração Tributária 25 questões de Legislação Tributária do Estado da Bahia; 05 questões de Informática básica; 05 questões de Matemática/lógica. O concurso público terá validade de um ano a contar da data da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.



BahiaJá
Jornalismo da integração
TASSO FRANCO - DIRETOR DE REDAÇÃO

15 anos
(/)



(http://www.bahiaja.com.br)

CAPA (/CAPA) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS (/ULTIMASNOTICIAS)** **MIUDINHAS (/TASSOFRANCO/MIUDINHAS)** **COLUNISTAS (/COLUNISTAS)**
ARTIGOS (/ARTIGOS) **BAHIAJÁ VÍDEOS (/VIDEOS.PHP)** **FALE CONOSCO (/FALECONOSCO)**

segunda-feira, 28 de fevereiro de 2022

ECONOMIA (/ ECONOMIA)

SEFAZ TEM CONCURSO PARA AGENTES DE TRIBUTOS COM 30% VAGAS PARA NEGROS

Governo publica edital de inscrição para concurso de agente de tributos estaduais
Período de inscrição para certame será de 07 de março a 05 de abril deste ano

Tasso Franco , Salvador | 26/02/2022 às 14:19

Facebook

Twitter

WhatsApp



Sede da SEFAZ estadual

Foto:

O Governo do Estado publicou, na edição do Diário Oficial do Estado (DOE) deste sábado (25), o Edital Saeb 001/2022, para inscrição no concurso para agente de tributos estaduais. O certame irá suprir 49 vagas para o cargo da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz). As inscrições serão no período de 07 de março a 05 de abril deste ano.

Para concorrer às vagas, os candidatos precisam possuir curso superior de qualquer graduação, devidamente registrado, fornecido por Instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). As 49 vagas serão distribuídas em três áreas de atuação: Administração e Finanças (14 vagas); Tecnologia da Informação (05); Administração Tributária (30 vagas).

O certame será executado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com a Secretaria da Administração (Saeb) e Secretaria da Fazenda (Sefaz). Os interessados devem ler o Edital 001/2022 para conhecer todas as regras do concurso como pré-requisitos, cronograma do certame, conteúdo programático, horários e normas, dentre outras.

Inscrição - Para realizar sua inscrição, o interessado deverá acessar o endereço eletrônico da FGV (<https://conhecimento.fgv.br/concursos/saebba22>), entre às 16h do dia 07 de março de 2022 e às 16h do dia 05 de abril de 2022. Após concluir a inscrição, os candidatos deverão pagar a taxa de R\$ 150,00. O certame prevê isenção de inscrição para candidatos que estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e que forem membro de família de baixa renda.

O concurso prevê 5% das vagas reservadas para pessoas com deficiência e 30% para os candidatos que se declararem negros, no momento da inscrição. O cargo de agente de tributos tem carga horária 40 horas semanais.

Provas - As provas serão realizadas no dia 5 de junho deste ano, das 8h às 14h, em Salvador. As provas serão realizadas em duas etapas: objetiva e discursiva, elaboradas com base nos conteúdos programáticos constantes do Anexo I do Edital.

Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do início do concurso. Eles devem estar munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta em material transparente, do documento de identidade original, do comprovante de inscrição, do comprovante de pagamento da taxa de inscrição e do comprovante de vacinação, como observado no Edital.

A Fundação Getulio Vargas confirmará oportunamente as informações sobre a realização das provas (locais/data/horários) e divulgará no endereço eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/saebba22>, e no endereço eletrônico do Portal do Servidor (www.portaldoservidor.ba.gov.br). A informação também será divulgada no Diário Oficial do Estado (DOE).

Veículo: BOA INFORMAÇÃO

Canal de Comunicação: INTERNET

Título: Concurso SEFAZ BA 2022: Edital para auditor fiscal pode sair com 150 vagas Data: 25/02/2022

Link: <https://boainformacao.com.br/2022/02/concurso-sefaz-ba-2022-edital-para-auditor-fiscal-pode-sair-com-150-vagas/>



A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia se prepara para abrir um novo edital de concurso público (Concurso SEFAZ BA 2022) para o preenchimento de vagas no cargo de Auditor Fiscal. De acordo com o processo interno da pasta, o secretário, inclusive, já autorizou a abertura da seleção, com 150 vagas para a carreira. Agora, para que o edital do concurso SEFAZ BA 2022 seja divulgado, será preciso uma autorização da Secretaria da Fazenda e do próprio Governo do Estado, uma vez que o processo ainda ocorre internamente. Caso o aval seja divulgado, uma comissão deverá ser instituída, a fim de dar andamento ao processo de escolha da banca. Somente com a conclusão dessa etapa o edital poderá ser divulgado. O último edital do concurso SEFAZ BA foi divulgado em 2019, com 60 vagas para a carreira, distribuídas entre as especialidades de Administração, Finanças e Controle Interno (24), Tecnologia da Informação (17) e Administração Tributária (19). A Fundação Carlos Chagas (FCC) teve a responsabilidade do certame. Na ocasião, para concorrer era necessário o curso Superior em Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia, Informática, Sistemas de Informação, Ciência da Computação ou Processamento de Dados, reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC O salário foi de R\$1.970,72 mais uma parte variável correspondente à Gratificação de Atividade Fiscal, entre R\$1.970,72 e R\$9.459,45. O que faz um Auditor Fiscal da SEFAZ BA? De acordo com o edital, o Auditor Fiscal da SEFAZ-BA tem as seguintes atribuições: I - constituir privativamente: a) créditos tributários, salvo na fiscalização de mercadorias em trânsito e nos estabelecimentos de microempresas e de empresas de pequeno porte que sejam optantes pelo Simples Nacional; b) créditos relativos a compensações e participações financeiras decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de recursos minerais, por meio da lavratura de autos de infração. II - planejar, coordenar e executar atividades de fiscalização de receitas estaduais em estabelecimentos e no trânsito de mercadorias; III - efetuar, privativamente, perícias, revisões fiscais e contábeis; IV - julgar, privativamente, no âmbito administrativo como representantes da Fazenda Pública, processos de impugnação de lançamentos de créditos tributários; V - planejar, coordenar e executar atividades de elaboração e divulgação de atos normativos, de elaboração de pareceres sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária e de orientação aos contribuintes e aos servidores do Grupo Ocupacional Fisco; VI - formular estudos econômicos e políticas de administração tributária, financeira, contábil e previdenciária em âmbito estadual; VII - planejar, coordenar e executar as atividades de controle interno no âmbito do Poder Executivo Estadual; VIII - planejar, coordenar e executar atividades de orientação aos demais órgãos e entidades do Estado no tocante à legislação tributária, financeira, contábil e previdenciária; IX - participar da elaboração das propostas do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais; X - elaborar a programação financeira do Estado; XI - planejar, coordenar e executar as atividades de captação, guarda e distribuição dos recursos públicos estaduais; XII - efetuar, privativamente, aplicações no mercado financeiro dos recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro do Estado; XIII - planejar, coordenar e executar as atividades relativas à administração da dívida pública estadual; XIV - gerir o patrimônio de títulos mobiliários do Estado; XV - gerir a contabilidade geral do Estado; XVI - planejar, coordenar e executar as atividades relativas ao sistema financeiro e de contabilidade; XVII - planejar, normatizar, orientar e controlar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado; XVIII - elaborar, analisar e assinar Demonstrativos Contábeis do Balanço Geral do Estado, bem como os exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; XIX - planejar, coordenar e executar as atividades relativas à administração do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia; XX - planejar, coordenar e executar as demais atividades de alta complexidade inerentes ao funcionamento da Secretaria da Fazenda nas áreas tributária, financeira, contábil, orçamentária, patrimonial, previdenciária, tecnológica, de recursos humanos e de administração geral. Como são as provas do concurso SEFAZ BA? Conforme o último concurso de auditor fiscal, aberto em 2019, para todas as áreas de atuação, a Prova I - Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais contou com questões de Língua Portuguesa (10), Direito Constitucional e Administrativo (15), Direito Tributário (15), Direito Tributário (15), Contabilidade Geral (10), Estatística (07), Noções de Igualdade Racial e de Gênero (03). As provas II, III e IV foram específicas, conforme especialidade. A prova II da especialidade de Administração, Finanças e Controle Interno contou com questões de Economia e Finanças Públicas (20), Auditoria (10), Matemática Financeira (05), Contabilidade Aplicada ao Setor Público (10) e Noções de Informática (10). A Prova III - Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos. A prova III constou de uma Questão Discursiva, versando sobre os conteúdos de Conhecimentos Específicos da área de atuação. A avaliação IV trouxe uma prova de títulos. A prova II da especialidade de Tecnologia da Informação contou com questões de Informática (35), Gestão Organizacional (15), Matemática e Raciocínio Lógico (05). A prova III constará de uma Questão Discursiva, versando sobre os conteúdos de Conhecimentos Específicos da área de atuação. A avaliação IV contou com prova de títulos. A prova II da especialidade de Administração trouxe questões de Noções de Informática (10), Auditoria (05), Matemática e Raciocínio Lógico (10), Estatística Aplicada (05) e Legislação Tributária (25). A prova III constará de uma Questão Discursiva, versando sobre os conteúdos de Conhecimentos Específicos da área de atuação. A avaliação IV foi uma prova de títulos. Sobre o órgão A Secretaria Estadual da Fazenda é a responsável por controlar a arrecadação de tributos estaduais, tendo a responsabilidade ainda, da receita e despesa do Estado. Além disso, o órgão tem papel de

controlar a despesa e exercer a função de tesouraria das finanças estaduais.



SEFAZ BA

Plano de estudos pós-edital!



Para a surpresa deste sábado (26), o edital do concurso SEFAZ BA (Secretaria da Fazenda da Bahia) foi publicado. De acordo com o documento, são ofertadas 49 vagas para a função de Agente de Tributos Estaduais, em diversas especialidades de atuação. A organizadora é a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e as inscrições estarão abertas entre os dias 07 de março a 05 de abril de 2022, ao custo de R\$ 150,00. Vale reforçar que a remuneração inicial é de até R\$ 13,1 mil. Ou seja, mais são de 13 mil incentivos mensais para que você obtenha a tão sonhada aprovação. E para ajudá-los neste processo, o Estratégia Concursos transmitirá neste sábado (26), a partir das 12h, o evento 'Concurso SEFAZ BA: plano de estudos pós-edital!', com tudo o que você precisa saber para montar um plano de estudos realmente eficaz. Não perca! Saiba mais: concurso SEFAZ B A Quer estudar para o edital Sefaz BA? Carreiras Fiscais Conheça os cursos para Sefaz BA Assinatura Concursos Assinatura de 1 Ano ou 2 Anos Quer saber tudo sobre concursos previstos? Confira nossos artigos!



A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia se prepara para abrir um novo edital de concurso público (Concurso SEFAZ BA 2022) para o preenchimento de vagas no cargo de Auditor Fiscal. De acordo com o processo interno da pasta, o secretário, inclusive, já autorizou a abertura da seleção, com 150 vagas para a carreira. Agora, para que o edital do concurso SEFAZ BA 2022 seja divulgado, será preciso uma autorização da Secretaria da Fazenda e do próprio Governo do Estado, uma vez que o processo ainda ocorre internamente. Caso o aval seja divulgado, uma comissão deverá ser instituída, a fim de dar andamento ao processo de escolha da banca. Somente com a conclusão dessa etapa o edital poderá ser divulgado. O último edital do concurso SEFAZ BA foi divulgado em 2019, com 60 vagas para a carreira, distribuídas entre as especialidades de Administração, Finanças e Controle Interno (24), Tecnologia da Informação (17) e Administração Tributária (19). A Fundação Carlos Chagas (FCC) teve a responsabilidade do certame. Na ocasião, para concorrer era necessário o curso Superior em Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia, Informática, Sistemas de Informação, Ciência da Computação ou Processamento de Dados, reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC. O salário foi de R\$1.970,72 mais uma parte variável correspondente à Gratificação de Atividade Fiscal, entre R\$1.970,72 e R\$9.459,45. O que faz um Auditor Fiscal da SEFAZ BA.

De acordo com o edital, o Auditor Fiscal da SEFAZ-BA tem as seguintes atribuições:

- I - constituir, privativamente:
 - a) créditos tributários, salvo na fiscalização de mercadorias em trânsito e nos estabelecimentos de microempresas e de empresas de pequeno porte que sejam optantes pelo Simples Nacional;
 - b) créditos relativos a compensações e participações financeiras decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de recursos minerais, por meio da lavratura de autos de infração.
- II - planejar, coordenar e executar atividades de fiscalização de receitas estaduais em estabelecimentos e no trânsito de mercadorias;
- III - efetuar, privativamente, perícias, revisões fiscais e contábeis;
- IV - julgar, privativamente, no âmbito administrativo como representantes da Fazenda Pública, processos de impugnação de lançamentos de créditos tributários;
- V - planejar, coordenar e executar atividades de elaboração e divulgação de atos normativos, de elaboração de pareceres sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária e de orientação aos contribuintes e aos servidores do Grupo Ocupacional Fisco;
- VI - formular estudos econômicos e políticas de administração tributária, financeira, contábil e previdenciária em âmbito estadual;
- VII - planejar, coordenar e executar as atividades de controle interno no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- VIII - planejar, coordenar e executar atividades de orientação aos demais órgãos e entidades do Estado no tocante à legislação tributária, financeira, contábil e previdenciária;
- IX - participar da elaboração das propostas do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais;
- X - elaborar a programação financeira do Estado;
- XI - planejar, coordenar e executar as atividades de captação, guarda e distribuição dos recursos públicos estaduais;
- XII - efetuar, privativamente, aplicações no mercado financeiro dos recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro do Estado;
- XIII - planejar, coordenar e executar as atividades relativas à administração da dívida pública estadual;
- XIV - gerir o patrimônio de títulos mobiliários do Estado;
- XV - gerir a contabilidade geral do Estado;
- XVI - planejar, coordenar e executar as atividades relativas ao sistema financeiro e de contabilidade;
- XVII - planejar, normatizar, orientar e controlar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Estado;
- XVIII - elaborar, analisar e assinar Demonstrativos Contábeis do Balanço Geral do Estado, bem como os exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XIX - planejar, coordenar e executar as atividades relativas à administração do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia;
- XX - planejar, coordenar e executar as demais atividades de alta complexidade inerentes ao funcionamento da Secretaria da Fazenda nas áreas tributária, financeira, contábil, orçamentária, patrimonial, previdenciária, tecnológica, de recursos humanos e de administração geral.

Como são as provas do concurso SEFAZ BA? Conforme o último concurso de auditor fiscal, aberto em 2019, para todas as áreas de atuação, a Prova I - Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais contou com questões de Língua Portuguesa (10), Direito Constitucional e Administrativo (15), Direito Tributário (15), Direito Tributário (15), Contabilidade Geral (10), Estatística (07), Noções de Igualdade Racial e de Gênero (03). As provas II, III e IV foram específicas, conforme especialidade. A prova II da especialidade de Administração, Finanças e Controle Interno contou com questões de Economia e Finanças Públicas (20), Auditoria (10), Matemática Financeira (05), Contabilidade Aplicada ao Setor Público (10) e Noções de Informática (10). A Prova III - Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos. A prova III constou de uma Questão Discursiva, versando sobre os conteúdos de Conhecimentos Específicos da área de atuação. A avaliação IV trouxe uma prova de títulos. A prova II da especialidade de Tecnologia da Informação contou

com questões de Informática (35), Gestão Organizacional (15), Matemática e Raciocínio Lógico (05). A prova III constará de uma Questão Discursiva, versando sobre os conteúdos de Conhecimentos Específicos da área de atuação. A avaliação IV contou com prova de títulos. A prova II da especialidade de Administração trouxe questões de Noções de Informática (10), Auditoria (05), Matemática e Raciocínio Lógico (10), Estatística Aplicada (05) e Legislação Tributária (25). A prova III constará de uma Questão Discursiva, versando sobre os conteúdos de Conhecimentos Específicos da área de atuação. A avaliação IV foi uma prova de títulos. Veja o último edital: Edital Concurso SEFAZ BA 2019 Sobre o órgão A Secretaria Estadual da Fazenda é a responsável por controlar a arrecadação de tributos estaduais, tendo a responsabilidade ainda, da receita e despesa do Estado. Além disso, o órgão tem papel de controlar a despesa e exercer a função de tesouraria das finanças estaduais.

Veículo: Varela Net	
Data: 27/02/2022	Caderno: Cidade



CIDADE

Governo da Bahia lança edital para concurso de agentes tributários

O certame oferece 49 vagas para a função na Secretaria da Fazenda do Estado, distribuídas em três áreas de atuação



Foto: Reprodução | Por Redação no dia 27 de fevereiro de 2022 às 10:30

Foi publicado pelo Governo da Bahia, na edição do Diário Oficial deste sábado (26), o edital de inscrição do concurso para agente de tributos estaduais. As inscrições podem ser realizadas entre 7 de março a 5 de abril deste ano.

O certame oferece 49 vagas para a função na Secretaria da Fazenda do Estado, distribuídas em três áreas de atuação: Administração e Finanças (14 vagas); Tecnologia da Informação (05); e Administração Tributária (30 vagas). O cargo tem carga horária de 40 horas semanais.

Para concorrer, candidatos precisam possuir curso superior de qualquer graduação, devidamente registrado, fornecido por Instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

A taxa de inscrição custa R\$ 150. O certame prevê isenção de inscrição para pessoas incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e de baixa renda.

O concurso ainda prevê 5% das vagas reservadas para pessoas com deficiência e 30% para os candidatos que se declararem negos, no momento da inscrição.

As provas serão realizadas em 5 de junho deste ano, das 8h às 14h, em Salvador. A aplicação será feita em duas etapas: objetiva e discursiva, elaboradas com base nos conteúdos programáticos que constam no edital.



Governo publica edital de inscrição para concurso de agente de tributos estaduais

26 fevereiro 2022

Foto: Pedro Moraes/GOVBA

O Governo do Estado publicou, na edição do Diário Oficial do Estado (DOE) deste sábado (26), o Edital Saeb 001/2022, para inscrição no concurso para agente de tributos estaduais. O certame irá suprir 49 vagas para o cargo da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz). As inscrições serão realizadas no período de 7 de março a 5 de abril deste ano.

Para concorrer às vagas, os candidatos precisam possuir curso superior de qualquer graduação, devidamente registrado, fornecido por Instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). As 49 vagas serão distribuídas em três áreas de atuação: Administração e Finanças (14 vagas); Tecnologia da Informação (05); e Administração Tributária (30 vagas).

“Tenho muito orgulho de dizer que contratamos mais de 15 mil servidores por meio de concurso em nossa gestão. O novo concurso da Sefaz vai incorporar ao nosso quadro de servidores efetivos trabalhadores e trabalhadoras que

contribuirão para uma gestão ainda mais eficiente do Estado. Com as contas equilibradas e qualidade do gasto público, vamos continuar trabalhando por quem mais precisa”, afirma o governador Rui Costa.

O certame será executado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com a Secretaria da Administração (Saeb) e Secretaria da Fazenda (Sefaz). Os interessados devem ler o Edital 001/2022 para conhecer todas as regras do concurso como pré-requisitos, cronograma do certame, conteúdo programático, horários e normas, dentre outras.

Inscrição

Para realizar a inscrição, o interessado deverá acessar o [site da FGV](#), entre as 16h do dia 7 de março e as 16h do dia 5 de abril de 2022. Após concluir a inscrição, os candidatos deverão pagar a taxa de R\$ 150. O certame prevê isenção de inscrição para candidatos que estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e que forem membro de família de baixa renda.

O concurso ainda prevê 5% das vagas reservadas para pessoas com deficiência e 30% para os candidatos que se declararem negos, no momento da inscrição. O cargo de agente de tributos tem carga horária de 40 horas semanais.

Provas

As provas serão realizadas em 5 de junho deste ano, das 8h às 14h, em Salvador. As provas serão realizadas em duas etapas: objetiva e discursiva, elaboradas com base nos conteúdos programáticos constantes do Anexo I do Edital.

Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do início do concurso. Eles devem estar munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta em material transparente, do documento de identidade original, do comprovante de inscrição, do comprovante de pagamento da taxa de inscrição e do comprovante de vacinação, como observado no Edital.

A Fundação Getúlio Vargas confirmará oportunamente as informações sobre a realização das provas (locais/data/horários) e divulgará na [página do certame](#) e no [Portal do Servidor](#). A informação também será divulgada no Diário Oficial do Estado (DOE).

Veículo: Bocão News	Caderno: Geral
Data: 27/02/2022	



GERAL

Termina nesta segunda prazo para concorrer ao sorteio de março da Nota Premiada Bahia



Próximo sorteio da Nota Premiada Bahia irá distribuir um R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil

Publicado em 27/02/2022, às 17h40 Elói Corrêa/GOVBA Redação BNews

Termina nesta segunda-feira (28) o prazo para os participantes da [Nota Premiada Bahia](#) realizarem compras com a inclusão do CPF na nota fiscal e concorrerem no sorteio de março da campanha. Com o anúncio do resultado previsto para o dia 24 de março, o próximo sorteio irá distribuir um R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil.

O sorteio terá como referência os bilhetes gerados a partir de compras feitas ao longo do mês de fevereiro. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site da campanha e realizar compras com a inclusão do CPF até o dia 28 para participar do próximo sorteio.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. A partir dos números sorteados na Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. O resultado é publicado no site e redes sociais da campanha.

De acordo com o Governo do Estado, a Nota Premiada possui atualmente mais de 648 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 2.407 pessoas, das quais 1.510 moram na capital, 896 no interior e uma fora do estado.

O participante da Nota Premiada Bahia, [além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro](#), ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 542.

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, o total repassado às filantrópicas já soma R\$ 53,4 milhões.

Veículo: INFORME BAIANO

Canal de Comunicação:
INTERNET

Seção:
NOTÍCIAS

Título: Compras até 28 de fevereiro concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

Data: 27/02/2022

Link: <https://informebaiano.com.br/246344/economia/compras-ate-28-de-fevereiro-concorrem-no-proximo-sorteio-da-nota-premiada-bahia>



Termina na próxima segunda-feira (28) o prazo para os participantes da Nota Premiada Bahia realizarem compras com a inclusão do CPF na nota fiscal e concorrerem no sorteio de março da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado. Com o anúncio do resultado previsto para o dia 24 de março, o próximo sorteio irá distribuir um R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. O sorteio terá como referência os bilhetes gerados a partir de compras feitas ao longo do mês de fevereiro. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site da campanha e realizar compras com a inclusão do CPF até o dia 28 para participar do próximo sorteio. Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. A partir dos números sorteados na Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. O resultado é publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba. A Nota Premiada possui atualmente mais de 648 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 2.407 pessoas, das quais 1.510 moram na capital, 896 no interior e uma fora do estado. O participante da Nota Premiada Bahia, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 542. Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, o total repassado às filantrópicas já soma R\$ 53,4 milhões.



Compras até 28 de fevereiro concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

25 fevereiro 2022

Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Termina na próxima segunda-feira (28) o prazo para os participantes da Nota Premiada Bahia realizarem compras com a inclusão do CPF na nota fiscal e concorrerem no sorteio de março da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado. Com o anúncio do resultado previsto para o dia 24 de março, o próximo sorteio irá distribuir um R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil.

O sorteio terá como referência os bilhetes gerados a partir de compras feitas ao longo do mês de fevereiro. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no [site da campanha](#) e realizar compras com a inclusão do CPF até o dia 28 para participar do próximo sorteio.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. A partir dos números sorteados na Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. O resultado é publicado no site da

campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 648 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 2.407 pessoas, das quais 1.510 moram na capital, 896 no interior e uma fora do estado.

O participante da Nota Premiada Bahia, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 542. Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, o total repassado às filantrópicas já soma R\$ 53,4 milhões.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA



Governo do Estado publica resultado final do edital 02 do Bolsa Esporte

25 fevereiro 2022

Foto: Divulgação

Portaria publicada na edição desta sexta-feira (25) do Diário Oficial traz o **resultado final** da seleção de atletas e atletas com deficiência que terão direito a receber, durante um ano e prorrogável por mais 12 meses, o benefício do Bolsa Esporte. A lista completa diz respeito ao edital 02 do Programa Bolsa Esporte, lançado no fim de 2021, e vai atender um total de 58 atletas de toda a Bahia e das mais diferentes modalidades esportivas.

Somados os dois editais lançados em 2021, o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e da Superintendência dos Desportos (Sudesb), está investindo R\$ 1,5 milhão no apoio direto a 162 atletas. O recurso é depositado mensalmente diretamente na conta de cada beneficiado, com valor variando de R\$ 380 a R\$ 2 mil, conforme categoria e posição no ranking da modalidade esportiva.

Na sétima edição, o programa Bolsa Esporte ofereceu, pela primeira vez, dois chamamentos públicos no mesmo ano. O incentivo financeiro e técnico é concedido, mensalmente, pelo prazo de um ano, podendo ser renovado por igual período.

Fonte: Ascom/Sudesb

APOSTAS LIBERADAS

DIVISÃO DO BOLO

Projeto libera até 6 mil bingos e cassinos, e imposto sobre jogo vira alvo de disputa

BERNARDO MELLO
bernardo.mello@englob.com.br

Com permissão para abertura de até 6 mil bingos e cassinos e mais de 300 autorizações para operação do jogo do bicho, o projeto de legalização dos jogos, aprovado pela Câmara, criou uma expectativa de arrecadação que agora é alvo de interesse de governos estaduais e de prefeituras. Esse deve ser um dos principais pontos de debate no Senado, a próxima etapa na tramitação da proposta.

A projeção de parlamentares e especialistas é de que a exploração de bingos, cassinos e pontos do jogo do bicho pode representar R\$ 4,5 bilhões por ano em tributos para o governo federal, que, de acordo com o texto, encaminhará um terço deste valor para estados e municípios. A possibilidade de que a nova legislação, além de regularizar atividades já existentes, amplie a oferta física e virtual de jogos no país, tem levado agentes públicos a se preparar para pleitear uma fatia maior na distribuição desses recursos.

O projeto cria um tributo único, a Cide-Jogos, com alíquota de até 17% sobre a receita bruta de jogos, e não prevê a incidência de outros impostos, como o ISS. Secretários municipais de Fazenda argumentam que a atividade não pode ser isenta do imposto, recolhido por prefeituras sobre prestação de serviços.

O relator do projeto, deputado Felipe Carreras (PSB-PE), afirma que dialogou com representantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e com o Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz). O GLOBO procurou governadores dos nove estados mais populosos, que concentrarão o maior número de licenças para jogos, e apenas o do Rio se pronunciou.

O governador Cláudio Castro (PL) afirmou, por meio de nota, que a projeção econômica da legalização dos jogos é positiva, e que a medida deve fomentar o turismo, gerar emprego e ren-

da, e impulsionar o desenvolvimento regional. "A combinação geraria ganhos inegáveis, possibilitando ao estado se consolidar ainda mais como destino turístico para as Américas e o mundo", disse ele, no texto.

O governador do Rio defendeu ainda que "a iniciativa deve ser seguida de mecanismos de fiscalização que impeçam que a atividade econômica estimule um ambiente turvo, propício a ilegalidades". Ainda de acordo com Castro, "será necessário garantir uma prática responsável, sem promoção da compulsão e do vício".

AFATIA DE CADA UM

O faturamento total estimado pelo relator do projeto para bingos, cassinos e jogo do bicho é de R\$ 40 bilhões. As loterias da Caixa, citadas como parâmetro para as estimativas, tiveram R\$ 18,4 bilhões em apostas em 2021, dos quais 30% foram pagos em prêmios.

Do montante recolhido pela Cide-Jogos, após serem descontados prêmios pagos pelos operadores, restaria R\$ 1,4 bilhão a ser dividido entre o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Os valores restantes serão destinados a fundos nacionais de cultura, saúde e segurança pública, e também para a Embratur. O governo federal, por sua vez, recolherá uma taxa de fiscalização trimestral entre R\$ 20 mil e R\$ 600 mil, de acordo com a atividade. Só com a operação de bingos, estimativas conservadoras apontam uma arrecadação anual de quase R\$ 50 milhões. No caso de cassinos, chegaria a R\$ 65 milhões. A legislação não prevê receitas para estados e municípios atuarem na fiscalização, e delega a responsabilidade para o Ministério da Economia.

— A legislação de apostas precisa trazer uma receita para financiar políticas públicas em relação a seus efeitos colaterais, especialmente na área de saúde e educação. Entendo que uma parte da Cide tem essa finalidade,

O MAPA DA JOGATINA

Projeto aprovado na Câmara prevê regularização de jogos operados hoje de forma ilegal e aumento do alcance da atividade no país



REGRAS
Um cassino turístico por estado, podendo se somar a cassinos em "complexos integrados de lazer", cujos limites são de um a três por estado. No caso de cassinos flutuantes, o limite é de dez em todo o território nacional

REGRAS
Um bingo a cada 150 mil habitantes por município: municípios com menos de 150 mil habitantes podem ter no máximo um bingo

REGRAS
Um operador (bicheiro) para cada 700 mil habitantes por estado; em estados com menos de 700 mil habitantes, é permitido um operador

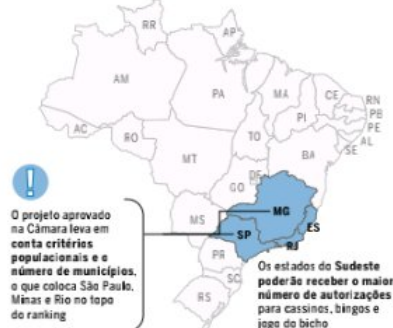
Fonte: Subemenda substitutivo do PL 442/1991 e projeções do relator Felipe Carreras (PSB-PE) e do Instituto Jogo Legal (IJL)

LIMITE PROPOSTO NO PAÍS



EXPECTATIVA DE FATURAMENTO* R\$ 40 BILHÕES

*segundo o relator do projeto na Câmara, deputado Felipe Carreras (PSB-PE)



mas também são importantes para isso as receitas auferidas diretamente pelos municípios, como através do ISS — afirmou o presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Jeferson Passos, que é secretário de Fazenda de Aracaju.

O relatório de Carreras, ao estipular a Cide-Jogos, veta a incidência de "quaisquer outras contribuições ou impostos sobre faturamento, renda ou lucro decorrentes" de jogos.

O presidente da Abrasf avalia que o ISS, embora não incida sobre apostas e prêmios, seria obrigatório por lei em situações como o pagamento de comissão a responsáveis pelos pontos de jogo, prática que costuma ocorrer hoje informalmente com os "apostadores" do jogo do bicho.

Na votação na Câmara, o PT fez um destaque para elevar a alíquota da Cide para 30%, sob argumento de que a taxa de 17% é defasada em relação a outros países com jogo legalizado, mas o texto foi mantido. O relator do projeto argumenta que empresas do ramo de entretenimento, categoria em que os jogos se enquadrariam, têm hoje uma carga de impostos entre 13% e 16% no Brasil.

POTENCIAL TURÍSTICO

O projeto prevê que todos os municípios podem ter ao menos um bingo, com até 400 máquinas. Além disso, estabelece que os estados podem ter um operador de jogo do bicho, chamado popularmente de "bicheiro", para cada 700 mil habitantes. O Rio, por exemplo, poderia contar com 25 operadores.

O relator afirma que a legalização do jogo vai estimular o potencial turístico do país. Versões iniciais do projeto previam que "polos ou destinos turísticos" a serem definidos pela União e pelos estados poderiam receber um cassino cada. Já o relatório aprovado contém, segundo Carreras, "travas", liberando na prática um cassino turístico por estado. As unidades da federação também poderão autorizar cassinos em "complexos integrados de lazer", estruturas formadas por hotel, centro de convenções e lojas.

— Cassinos mudam a matriz turística das regiões. Macau, que recebia dez milhões de turistas estrangeiros por ano, triplicou o número. O Brasil, mesmo tendo sediado Copa e Olimpíadas, há duas décadas não passa de 7 milhões. Um estado como o Rio poderá ter dois cassinos em grandes complexos, com investimento na casa de R\$ 1 bilhão, e um cassino turístico de menor porte, aproveitando a infraestrutura hoteleira existente — avalia Carreras.

ESTIMATIVA DE TRIBUTAÇÃO R\$ 4,5 BILHÕES

Referente à Cide-Jogos, tributo correspondente a 17% da receita bruta

DOS QUAIS 16% para o fundo de participação dos estados (FPE) R\$ 720 MILHÕES

16% para o fundo de participação dos municípios (FPM) R\$ 720 MILHÕES

Reação do PT na Bahia adia desistência de Wagner

Senador fechou apoio à candidatura de Otto Alencar (PSD) ao governo do estado anteontem, mas petistas reclamaram do acordo

SÉRGIO ROXO
sergio.roxo@oglobo.com.br
SÃO PAULO

Uma reação de parlamentares petistas adiou o anúncio público da decisão do senador Jaques Wagner (PT) de não disputar a eleição para o governo da Bahia e de indicar o também do senador Otto Alencar (PSD) para o posto de candidato.

Pelo acordo que havia sido sacramentado na noite de anteontem, o governador Rui Costa (PT) renunciaria até o dia 2 de abril para concorrer ao Senado. Com isso, João Leão (PP) governaria o estado por nove meses.

A expectativa era que o anúncio do acordo fosse feito ontem, mas ao longo do dia surgiram reações de parlamentares. “Não reconhecemos nenhuma decisão que não passe pelas devidas instâncias partidárias”, escreveu o deputado federal Jor-

ge Solla nas redes sociais. Ele convocou as bancadas federal e estadual do PT, além de prefeitos, vereadores e militantes a defender a candidatura de Wagner.

Lideranças do PT da Bahia tentam realizar um encontro na segunda-feira para reafirmar a candidatura do petista. Há o temor que a reação dos parlamentares faça com que Otto recue da sua decisão de assumir a candidatura a governador.

Um aliado próximo ao senador do PSD, porém, afirmou acreditar que a interferência do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode conter a rebelião do PT baiano e que “existe grande probabilidade de Otto ser o candidato a governador”, mesmo com o cenário adverso.

A expectativa agora é que o anúncio ocorra após o carnaval. Lula viajará para o México amanhã e só vol-

tará ao Brasil no fim da próxima semana. O líder do governo na Assembleia Legislativa da Bahia, Rosemberg Lula Pinto (PT), reconhece o desconforto.

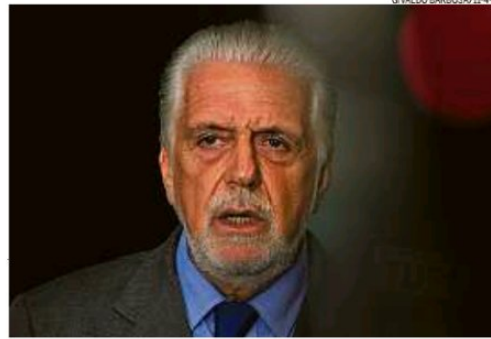
— Para o PT, que tinha como certo o nome de Wagner, e para o PSD, que tinha certo o nome de Otto para o Senado, é uma alteração. Há de parte a parte estranhamento, é natural.

‘MESMO ENTUSIASMO’

Rosemberg acredita ainda que haverá empenho do PT por Otto, se a escolha do senador do PSD como candidato for sacramentada.

— Eu torço muito para o que nome seja Wagner, mas se for Otto, vou trabalhar com o mesmo entusiasmo.

Em reunião com Lula na terça-feira da semana passada, em São Paulo, Wagner já havia revelado que não tinha vontade de ser candida-



Acerto. Wagner já avisou Lula que não pretende concorrer a governo da Bahia

to. O senador petista ainda tem mais quatro anos de mandato. Restava, porém, convencer Otto a se candidatar a governador. O senador do PSD tinha preferência por concorrer a um novo mandato, mas aceitou.

O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, vinha mostrando contrariedade com a possibilidade de Otto

disputar o governo. O assunto passou a ser debatido depois que o senador do PSD, Costa e Wagner se reuniram com Lula, na semana passada, em São Paulo.

O apoio do PT a um candidato a governador do PSD no quarto maior colégio eleitoral do país, de quebra, serve como um gesto de agrado ao partido de Kassab.

Lula quer atrair o PSD para a aliança nacional.

A escolha de Wagner para disputar o governo havia sido definida por Lula, em viagem à Bahia, em agosto do ano passado. Otto concorreria ao Senado, e Rui Costa cumpriria o seu mandato de governador até o fim.

Há divergências sobre os motivos da mudança de cenário. Os aliados de Wagner dizem que Costa se empolgou com pesquisas internas que mostraram a sua alta popularidade e passou a se colocar como candidato a senador. Sua entrada na disputa levaria a um rompimento da aliança com PP e PSD.

Já os petistas ligados ao governador afirmam que Wagner começou a manifestar vontade de desistir de disputar novamente o cargo que ocupou entre 2007 e 2014. A partir daí, Costa se colocou, com o objetivo apenas de reforçar a chapa.

O principal adversário do grupo na corrida pelo governo da Bahia será o ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil), que teve alta popularidade na prefeitura.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 26 a 28/02/2022	Caderno: Economia



A Lei Complementar 190/22 e as ‘teses filhotes’ do ICMS-Difal

João André Buttini de Moraes e Amanda Nadal Gazzaniga*

27 de fevereiro de 2022 | 10h00

Como é de conhecimento notório, no último dia 05 de janeiro de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 190, a qual regulamentou a cobrança do diferencial de alíquotas do ICMS (Difal), em decorrência do julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1093, no qual foi declarada a inconstitucionalidade do ICMS-Difal nas operações destinadas a consumidores finais não contribuintes ante a ausência, até então, de regulamentação por Lei Complementar.

Embora o objeto do Tema 1093 tenha sido apenas o ICMS-Difal nas operações destinadas a consumidores finais não contribuintes, a LC 190 promoveu diversas outras alterações na Lei Kandir que terão relevante impacto econômico e prováveis inconstitucionalidades, que certamente serão levadas à apreciação do Poder Judiciário e poderão se tornar “teses filhotes” do Tema 1093.

Uma delas foi a regulamentação do **ICMS-Difal nas operações interestaduais com ativo imobilizado e bens para uso ou consumo destinados a contribuinte do imposto**, determinando, nesse caso, que o **recolhimento deve ser realizado pelo adquirente** destas mercadorias. A medida eleva o custo dos investimentos em ativos e o custo de produção.

Apesar de alguns Estados já cobrarem anteriormente o ICMS-Difal sobre estas operações, o fato da LC 190 ter alterado a Lei Kandir para incluir somente a partir de agora a regulamentação dessa tributação evidencia que a incidência não havia sido regulada anteriormente por Lei Complementar.

Desse modo, é flagrante a inconstitucionalidade da cobrança antes da publicação da LC 190, ainda que exista lei estadual vigente exigindo o imposto em data anterior. Essa nova regulamentação provavelmente ampliará o contencioso judicial sobre o ICMS-Difal, já que o contribuinte (neste caso, o adquirente das mercadorias) poderá requerer a restituição do tributo pago indevidamente.

Nesse sentido, ressalta-se que, embora se espere desfecho semelhante ao do Tema 1093, o ICMS-Difal relativo às aquisições de ativos e bens para uso e consumo não foi objeto deste julgamento, de modo que não se aplica a ele a modulação dos efeitos imposta pelo STF, facultando ao contribuinte a restituição relativa aos períodos pretéritos.

Ademais, essa nova tributação também está sujeita à anterioridade anual, de modo que, como a LC 190 foi publicada em 2022, o imposto só poderá ser cobrado pelos Estados a partir de janeiro de 2023. No entanto, como a LC 190 determinou que a tributação será exigida a partir de abril de 2022, a aplicação da referida anterioridade anual também deverá ser definida pelo Poder Judiciário, no mesmo sentido das diversas ações recentemente ajuizadas após a edição da LC 190 relativas à incidência do ICMS-Difal nas operações destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto.

Além de todas essas controvérsias, a LC 190 também passou a permitir expressamente a inclusão da alíquota interna do imposto em sua própria base de cálculo, metodologia usualmente denominada de “base dupla”. Assim, novamente objetiva-se a cobrança de tributo sobre tributo, e provavelmente teremos mais uma “tese filhote” da “tese do século” (Tema STF 69, relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS).

No Estado de São Paulo, todas essas alterações promovidas pela LC 190 também foram instituídas pela Lei Estadual nº 17.470, de 13/12/2021, que entrará em vigor em abril de 2022, em razão da publicação do Comunicado CAT 02/2022, data a partir da qual o Estado passará a cobrar o ICMS-Difal dos adquirentes de ativo imobilizado e bens para uso e consumo, além da “base dupla” sobre todas as operações sujeitas ao Difal, em que pesem as evidentes inconstitucionalidades dessas exigências.

***João André Buttini de Moraes, sócio do escritório ButtiniMoraes**

***Amanda Nadal Gazzaniga, advogada do escritório ButtiniMoraes**

FINANÇAS Prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda começa na próxima segunda e vai até 29 de abril

Tabela do IR tem defasagem de 132%

Flavio Demarchi / Divulgação / 18.12.2020

FÁBIO BITTENCOURT

Começa na próxima segunda-feira e vai até 29 de abril, o prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda 2022. Com a tabela progressiva defasada em até 132%, por mais um ano o contribuinte brasileiro terá de arcar com os custos de um sistema tributário que cobra cada vez mais, e entrega cada vez menos.

O cálculo é do diretor executivo da Confirp Consultoria Contábil, Richard Domingos, com base em estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O desajuste das alíquotas ano após ano faz com que menos gente fique isento da cobrança e passe a recolher o tributo; enquanto o valor a ser restituído (para quem o tem) seja cada vez mais reduzido.

“Essa falta de atualização da tabela onera principalmente o bolso de uma parcela da população que ganha menos, e que antes não era obrigada a declarar o Imposto de Renda Pessoa Física”, afirma.

Ele explica o motivo da inércia, tanto do governo federal como do parlamento. “A correção leva à redução da arrecadação, obrigando o Executivo a ter de demonstrar de onde viria o dinheiro para cobrir (o vácuo). Portanto, o governo teria de enviar para o Congresso Nacional Projeto de Lei propondo redução de gastos, e isso ninguém quer. Estados e municípios também passariam a receber menos”, conta.

Na última semana, a Receita Federal divulgou que encerrou 2021 com uma arrecadação recorde de R\$ 1,8 trilhão, aumento real de 17,3% em relação a 2020 –, justamente no ano mais afetado pela pandemia da Covid-19.

De acordo com a Receita, um dos motivos para esse resultado foi uma maior arrecadação sobre o desempenho de empresas por meio do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e, claro, devido ao aumento da arrecadação com o IRPF, com crescimento de 25% em 2021 (R\$ 58,9 bilhões).

Ainda segundo o presidente da Confirp, entre janeiro de 1996 e novembro de 2021, a tabela progressiva do Imposto de Renda foi corrigida 111,25%. Em janeiro de 1996 pagava imposto quem ganhava por mês R\$ 900 ou mais, contra R\$ 1.903,98 em valores atuais. “Ou seja, estariam obrigados a pagar pessoas físicas que tivessem rendimentos anuais acima de R\$ 66.403,79, mas atualmente são R\$ 28.559,70.

Outro ponto relevante, diz Richard, é que a falta de atuali-


Richard diz que a falta de ajuste das alíquotas faz com que menos brasileiros fiquem isentos da declaração e passem a recolher o tributo

lização impacta em outros valores relacionados, como da dedução das despesas com instrução, que atualmente é de R\$ 3.561,50. “Se atualizado de acordo com a inflação, seria de R\$ 8.361,96. Já as despesas com dependentes, que atualmente é de R\$ 2.275,08, se corrigido conforme a inflação seria de R\$ 5.312,30”.

“O Brasil precisa de uma reforma muito ampla no sistema tributário. O modelo penaliza o pequeno trabalhador, enquanto os grandes não pagam impostos sobre lucro, sobre fortuna. Faz oito anos que propostas (de reformas tributárias) tramitam entre a Câmara Federal e o Senado, e não avançam. Hoje são cerca de cinco projetos parados. Se não houver pressão pública elas não irão adiante”, diz.

“Há um contexto de forte pressão inflacionária, com preços altos de transporte, medicamento, alimentação. Enquanto isso, os salários vão sendo corrigidos por meio dos dissídios coletivos e índices com base na inflação, previstos na negociação. O que termina por aumentar indiretamente a arrecadação do tributo, porque mais gente passa a ser onerado”.

Como dica de proteção para o contribuinte, ele sugere um planejamento fiscal rigoroso –, que deve iniciar no



Rafael Martins/ Ag: A TARDE / 26.8.2021

André, do CRC Bahia, conta que 12 milhões de brasileiros poderiam estar isentos

ano anterior, com atenção em especial à parte documental. “Reunir documentos que comprovem despesas em saúde, odontológica, com dependente econômico, instrução (educação), produto de previdência PG-BL regressivo. Tudo dentro da regra, visando o maior abatimento possível”.

nas contas do presidente

do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRC), André Luís Barbosa dos Santos, se a tabela fosse reajustada, em torno de 12 milhões de contribuintes estariam na faixa de isenção.

Aumentos das faixas

“Os aumentos das faixas da tabela progressiva do IR iriam acompanhar uma mé-

dia dos reajustes nos recebimentos. A defasagem da tabela, efetivamente, faz com que pagamento de impostos sejam maiores a cada ano. Não corrigir a tabela, que tem sete anos sem nenhuma alteração, traz mais desconfortos acentuados com os desembolsos tributários mais para a classe média assalariada”.

Ainda segundo o dirigente do CRC, dentre as principais novidades na declaração este ano, destaca-se a viabilidade de pagamento dos impostos e do recebimento da restituição por meio do PIX, mas isso se a chave cadastrada for o CPF do contribuinte.

Outra é a chamada “declaração pré-preenchida”. “Que foi ajustada com melhoria na integração da plataforma. O contribuinte poderá fazer a sua declaração e salvar o andamento do processo, podendo acessar em diversos outros canais a declaração, permitindo um acompanhamento das informações, a fim de evitar equívocos”.

Ele explica que a “parte pré-preenchida” faz importação dos informes de rendimentos das fontes geradoras, seja empresa contratante, ou operadoras de saúde com as informações dos dependentes. “Também em contrarreamos a importação dos informes do carnê leão, em que os profissionais liberais terão essa facilidade nos encaminhamentos para a sua declaração”.

“Não poderemos deixar de destacar o certificado digital e a senha gov.br, pois facilitará consultas e viabilidades, para que de forma mais rápida, tenhamos informações e possamos agilizar o processo da declaração”.

Penhora de salário de empregado


Direito do trabalho
Jairo Ramos
Sento-Sé

Advogado. Mestrando em Direito Público pela Ufba. Pós-graduando em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Baiana de Direito. Professor de Direito do Trabalho do Brasil Jurídico direitodotrabalho@grupotarde.com.br

Minha empresa quebrou e as dívidas trabalhistas estão sendo cobradas diretamente de mim (pessoa física).

Já levaram dinheiro que eu tinha na conta bancária. Agora, o juiz do trabalho mandou penhorar até o meu salário, porque sou empregado de uma empresa privada. Isso é possível? FELIPE

Resposta: É possível penhorar o salário de empregado ou proventos de aposentadoria/pensão de segurado da Previdência, desde que seja para pagar créditos de natureza alimentar a outro empregado, tais como salário, férias, 13º salário, horas extras etc., conforme art.

O primeiro limite é justamente que o máximo a ser penhorado do salário do empregado, mensalmente, é o limite de 50% dos ganhos líquidos

833, § 2º, do CPC. No entanto, essa penhora de salário/aposentadoria/pensão possui limites.

O primeiro limite é justamente que o máximo a ser penhorado do salário do empregado, mensalmente, é com o limite de 50% dos ganhos líquidos dele, nos termos do art. 529, § 3º, do CPC.

O art. 529, § 3º, do CPC permite que o débito objeto de execução seja descontado da folha de pagamento, ou seja, dos rendimentos do devedor. Contudo, estabelece um limite mensal, qual

seja, não pode ultrapassar 50% de seus ganhos líquidos.

Dessa forma, o pagamento vai ocorrer de forma parcelada. Todo mês poderá descontar do seu salário/aposentadoria/pensão o percentual de 50% dos seus ganhos líquidos.

Ademais, também existe um segundo limite. A segunda restrição para penhora de salário/aposentadoria/pensão é que não pode penhorar os rendimentos mensais do devedor que não superam o patamar de 1 (um) salário mí-

nimo. Assim, é impenhorável o salário do devedor que ganha até R\$ 1.212,00 (mil duzentos e doze reais), valor equivalente ao salário mínimo atualmente em 2022.

Se o devedor ganha apenas 1 (um) salário mínimo, não pode penhorar o salário desse devedor, porque, com base no princípio da dignidade da pessoa humana, o devedor precisa, ao menos, do salário mínimo para sobreviver. O salário mínimo é a própria subsistência/sustento do devedor e da sua família.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Guerra na Europa, riscos no Brasil

Conversando nesses tempos de guerra com dirigentes de tradings da Europa, a resposta que tenho recebido deles é uma só: quem tiver produção e alimentos para vender ótimo. Mas a situação deverá ser sofrível para quem precisar comprar.

A Ucrânia é uma nação considerada grande no mundo do agronegócio – e atualmente é o maior país com terra agricultável da Europa, e férteis.

Os ucranianos hoje são os primeiros exportadores de óleo de girassol do mundo. E, ainda, são os segundos

maiores produtores de cevada do planeta, os terceiros maiores produtores de milho, os quartos maiores produtores de batatas.

Só de trigo, a Ucrânia produz mais de 17 milhões de toneladas. E, além disso, a nação agora invadida pela Rússia de Putin produz minérios, titânio, urânio, além de também ser forte na área de fertilizantes.

Crescimento

Portanto, nós estamos falando de uma região no leste do continente europeu com a maior perspectiva de conti-

nuo crescimento no agronegócio mundial. E que por isso é alvo de interesses de todas as grandes companhias.

Cotação da soja já disparou em Chicago (EUA) em mais de 70 pontos

O início da guerra na semana passada já vem causando impacto no preço do petróleo e do ouro, e também já determinou o au-

Não creio que esse conflito dure muito. Os interesses econômicos são gigantescos

mento da ordem de mais 17% no preço do trigo. E a cotação da soja já disparou em Chicago (EUA) em mais de 70 pontos, ultrapassando a cifra de US\$ 17 por bushel. Da mesma maneira, já vêm aumentando os preços do óleo, do farelo e também do algodão.

Que pena que nós não fizemos um plano estratégico emergencial desde fevereiro de 2020 para incorporar milhões de hectares de terras degradadas que temos no País, agricultáveis, sem arrancar uma árvore, além de outros milhões de agri-

cultores que estão fora do mercado. Que ótimo se tivéssemos 300 milhões de toneladas de grãos e autosuficiência no trigo, como a Abitrito tanto defende.

Não creio na possibilidade de esse conflito durar muito. Os interesses econômicos são gigantescos dentre todos os envolvidos. A China, hoje com o segundo maior PIB do mundo, tem o pêndulo nas mãos. E irá atuar para acomodar a situação da Ucrânia com a Rússia, deixando a porta diplomática aberta para a questão de Taiwan.

AGRICULTURA Desenvolvida em parceria com Adab e Mapa, iniciativa foi apresentada na última terça-feira pela Seagri

Bahia lança campanha para inibir a chegada da monilíase cacauqueira no estado

Joá Souza / Ag. A TARDE / 2.7.2012

RUAN AMORIM*

Maior estado produtor de cacau do país, Bahia tem campanha publicitária de prevenção à monilíase cacauqueira, fungo que atinge o fruto do cacau e cupuaçu, e pode dizimar plantações inteiras. A iniciativa foi lançada na última terça-feira (22) pela Secretaria da Agricultura do Estado (Seagri), em parceria com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) e a Superintendência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) no estado.

A ação atua em várias frentes de comunicação, desde material informativo como folders, selos, além conteúdo para as redes sociais, spots de rádios e vinhetas para o aeroporto. O projeto instrutivo vem com diversas orientações para impedir que o fungo chegue às lavouras baianas e tem como público alvo técnicos e produtores.

O que motivou a campanha foi o primeiro caso da doença no Brasil, que ocorreu no Acre, no município de Cruzeiro do Sul, em julho de 2021. Na Bahia, a produção de cacau é uma das peças-chave do agronegócio. No ano passado, o estado produziu 140 mil toneladas, o que representa 71% da produção nacional e o torna líder da cultura no País.

Nesse cenário, a campanha contra a doença vem para conscientizar a cadeia produtiva e garantir que os bons números na cacauicultura continuem sendo conquistados. Isso é o que explica a engenheira agrônoma, fiscal estadual agropecuária da Adab, Catarina Cotrim.

Disseminação

Segundo Catarina, a monilíase tem grande impacto econômico e social na produção de cacau, uma vez que pode fazer o produtor perder toda lavoura, o que diminui renda e também empregos.

“Se não houver controle, os cacauicultores terão que arcar com muitos prejuízos. O fungo tem um alto potencial de disseminação, ele



A monilíase é causada por um fungo que atinge o cacau, e também o cupuaçu, podendo dizimar plantações

“A monilíase avança com rapidez e destrói toda a lavoura em pouco tempo”

MARCELA TAVARES, produtora

consegue produzir no fruto do cacau até 7 milhões de esporos (processo reprodutivo do fungo), que facilmente é levado pelo vento, chuva e até por pessoas”, esclarece a engenheira.

A praga também se adapta a condições adversas e consegue sobreviver e infectar o cacau por até nove meses, diferentemente da vassoura de bruxa, que já prejudica as

lavouras do estado, mas entre 12 e 24 horas perde o potencial de contágio. Além disso, de acordo com Catarina, por ser uma doença nova no país, “as pessoas não conhecem os sintomas”. Essas são: deformações, manchas amarelas e/ou verdes e necróticas.

Em meio ao desconhecimento, Catarina diz que a campanha é fundamental

“para que todos conheçam os sintomas, o que é a praga, a diferença das doenças que já existem na Bahia. As pessoas conscientizadas do potencial destrutivo vão poder realizar práticas de segurança sanitárias para se prevenir. Com a prevenção ganhamos tempo para que pesquisas desenvolvam mecanismos de defesas contra a enfermidade”.

A produtora de cacau e proprietária da Cacau do Céu Chocolates Finos, Marcela Tavares, lembra que até o início do ano de 1990, a Bahia era responsável por 90% da produção nacional de cacau, mas teve o potencial comprometido pela vassoura de bruxa.

Para ela, a campanha é essencial para alertar a cadeia produtiva. Segundo ela, a economia regional corre sérios riscos, uma vez que a monilíase é uma praga com grande poder destrutivo.

“A doença avança com rapidez e destrói toda a lavoura em pouco tempo. Por isso, tem que ser combatida com todo rigor. Nesse cenário, em todos os sentidos, é fundamental ações informativas e preparatórias para combatermos com eficiência essa gravíssima enfermidade”, pontua a Marcela.

A produtora também destaca que, além da campanha, programas de prevenção à nova praga devem ser implementados com a participação de todos os produtores e com rigorosa fiscalização. “Pois não adianta cuidar bem de uma área se o vizinho não fizer a sua parte. É necessário estarmos unidos e preparados, sobretudo, com o apoio governamental”, diz.

O presidente da Adab, Oziel Oliveira, diz que a união para proteger a produção do cacau, de fato, é essencial, uma vez que o estado tem a maior cadeia produtiva industrial do fruto. “É importante proteger essa cadeia, cuidar do produtor rural e alertar para que não tenhamos essa doença nas nossas lavouras. Prevenir é sempre melhor que remediar”, afirma Oziel.

Oliveira destaca também que a adesão à campanha pelos produtores resultará em ganhos para o setor. “O benefício é direto para o cacauicultor, pois ele vai aprender como se precaver e vai ter ao seu lado órgãos do estado preocupados em combater a doença. E isso, com certeza, vai ajudar a fortalecer a economia cacauqueira”, esclarece Oziel.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br

@satellite

●● Mais sucateamento do Ibama, mais crimes ambientais cometidos livremente, mais crise climática. Essa é a herança do governo Bolsonaro para os 33 anos do órgão. Parabéns pra quem?

André Fraga

Vereador da capital pelo PV

Munição extra

A força-tarefa de policiais federais destacados para tocar as investigações da Faroeste foi reforçada com a montagem de um QG bem mais amplo e estruturado na sede da Superintendência Regional da PF em Salvador, além da chegada de novos integrantes à equipe. Segundo apurou a Satélite, o fortalecimento do núcleo responsável por aprofundar o cerco ao esquema de grilagem e venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia tem como pano de fundo os preparativos da Procuradoria-Geral da República (PGR) para deflagrar, em breve, as próximas fases da Faroeste.

SINTONIA FINA

O reforço destinado à operação pela PF coincide com informações obtidas junto a fontes da PGR de que há em curso ao menos cinco frentes paralelas de investigação. Na mira, estão magistrados, filhos e familiares de desembargadores acusados de vender decisões em processos de alto valor, advogados, operadores de propina, servidores e empresários envolvidos com a rede de corrupção no TJ.

Ligação de pontas

Em outro flanco, a Faroeste descobriu provas que ligam o falso cônsul Adalton Maturino, apontado pela PGR como mentor do esquema, a licitações do TJ sob suspeita de fraude. De acordo com indícios descobertos pela PF e revelados no laudo da perícia feita em smartphones da ex-chefe do Ministério Público do Estado (MP) Ediene Lousado, o tribunal repassou R\$ 52 milhões, de 2017 e 2020, para a Plural Service, contratada para prestar serviços de conservação e limpeza em unidades do Judiciário nas gestões dos desembargadores Maria do Socorro Barreto Santiago e Gesivaldo Britto, ex-presidentes da Corte e alvos da operação.

Follow the money

A Plural tem como dono Edgard Ribeiro Guimarães Neto, que era sócio de uma empresa controlada por parentes de Maturino. Retiradas de grandes somas do caixa da Plural por membros do grupo liderado pelo falso cônsul durante a vigência dos contratos com o tribunal, destacou a PF no relatório da perícia, podem comprovar o elo financeiro entre a cúpula do TJ e o esquema.

Óleo na pista

A articulação política do Palácio de Ondina trabalha intensamente para tentar convencer o senador Otto Alencar (PSD) a assumir a vaga de candidato ao governo do estado pela chapa da base aliada ao PT, mas ainda encontra resistência. Até o momento, Otto não garantiu que ocupará a vaga aberta com a desistência de Jaques Wagner (PT), efeito da decisão do governador Rui Costa em disputar o Senado, e acionou o modo de espera por prazo indeterminado. O que elevou a tensão no bloco governista.

Água no balde

Produtores de leite na Bahia estão apavorados com a queda substancial no preço do produto. No início do ano, o litro era cotado a R\$ 2,15 em média. Agora, despencou para R\$ 1,77 nos principais polos leiteiros do estado, recuo de quase 20%

Carnaval adia pagamento do seguro-desemprego e do FGTS

SÓ NA 4ª FEIRA O feriado bancário de hoje e amanhã vai interromper os pagamentos do saque-aniversário do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e do seguro-desemprego, além de modificar o calendário de pagamentos do INSS, que será interrompido no Carnaval.

Segundo reportagem da Folha de S. Paulo feita com base em informações prestadas pela Caixa Econômica Federal, os valores do FGTS e do seguro-desemprego serão liberados na Quarta-Feira de Cinzas (2).

No caso do INSS, parte dos benefícios de até um salário mínimo (R\$ 1.212) foi liberada entre os dias 21 e 25 de fevereiro. Com a interrupção, os depósitos serão retomados na

Agências bancárias não abrem as portas na segunda e na terça, modificando calendário de benefícios do INSS, e interrompendo pagamentos do FGTS Aniversário

quinta-feira (3), quando também começam os pagamentos para os segurados que recebem acima do salário mínimo. A folha de pagamentos do INSS tem 36 milhões de beneficiários em todo o país.

O saque-aniversário do FGTS será liberado a partir desta quarta-feira (2) para os trabalhadores nascidos em março. O prazo para retirada dos valores para esses beneficiários acaba em 31 de maio. O saque pode ser feito do primeiro dia útil do mês de nascimento do trabalhador ao último dia útil do mês seguinte.

A adesão ao saque-aniversário, destinado a trabalhadores que optaram por retirar uma parte do valor total de seu FGTS anualmente, pode ser feita até o último dia útil do mês de nascimento e garante recebimento a partir do mesmo

ano, mas exclui a possibilidade de saque integral do FGTS em caso de demissão sem justa causa (que prevê o pagamento da multa de 40% é mantido e o saque imediato dos valores depositados no fundo pelo trabalhador). A adesão ao saque anual pode ser feita no site e aplicativo do FGTS e em todos pontos de atendimento das Caixas, como agências e caixas eletrônicos.

O seguro-desemprego voltará a ser pago na Quarta-Feira de Cinzas e varia de R\$ 1.212 a R\$ 2.106,08, de acordo com o salário médio anterior e é pago em três ou cinco meses a depender do valor do salário. O benefício deve ser solicitado no portal Emprega Brasil, de 7 a 120 dias após a dispensa, para trabalhadores que atuavam com carteira assinada, e de 7 a 90 dias, no caso de trabalhadores domésticos.

Produtor brasileiro já sente reflexo da guerra na Europa

AGRONEGÓCIO O preço de fertilizantes usados pelo agronegócio brasileiro encheu até 5,8% em apenas uma semana. A alta é reflexo da guerra entre Rússia e Ucrânia. A Rússia é a principal fornecedora do insumo para o Brasil. O número foi levantado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do

Brasil (CNA) e divulgado pela CNN Brasil. A Confederação informou, ainda, que o preço dos fertilizantes já estava em trajetória de alta, e a tendência se intensificou com o conflito.

Segundo especialistas, a alta dos fertilizantes vai pressionar os preços dos alimentos e, consequentemen-

te a inflação no Brasil.

Até porque a alta do insumo ocorre no momento em que muitos produtores estão em momento de plantio e, devido ao preço dos fertilizantes, uma opção para reduzir custos tem sido a de diminuir a área plantada.

LEIA MAIS SOBRE O CONFLITO ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA NAS PÁGINAS 26 E 27



RAC NÓREGA/FP

ANEEL MANTÉM BANDEIRA VERDE PARA BAIXA RENDA

CONTA DE LUZ A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou nessa sexta (25) que as famílias de baixa renda inscritas no programa Tarifa Social não vão pagar taxas adicionais nas contas de luz em março. Cerca de 12,6 milhões de unidades consumidoras recebem descontos nas faturas por conta do programa. Para os demais consumidores, continua em vigor a bandeira escassez hídrica, uma cobrança adicional de R\$ 14,20 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

BENEFICIADOS POR CAMPANHAS DA BASF CRESCEM 130%

AÇÕES SOCIAIS A Basf fechou 2021 contabilizando aumento de 130% no número de pessoas impactadas pelas ações sociais realizadas em Camaçari e região. O resultado foi impulsionado pela Campanha Natal Solidário em parceria com a CUFA - Central Única de Favelas, que beneficiou mais de 2 mil pessoas. A previsão para este ano é ampliar em 30% todos os indicadores: pessoas alcançadas e voluntários participantes. No ano passado, foram mais de seis ações, entre elas campanhas de doação de cestas básicas e roupas.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,1552	R\$ 5,1557
Dólar Turismo	R\$ 5,1013	R\$ 5,3150
Euro Turismo	R\$ 5,8910	R\$ 6,2230

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	103.1034	+1,3%

POUPANÇA

25/02/2022	0,63%
------------	-------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.252,00

INFLAÇÃO

	Jan/20	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,54%	0,54%	10,36%
INPC/IBGE	0,37%	0,37%	10,30%
IGP-M/FGV	1,82%	1,82%	9,91%

Governo reduz IPI em 25% para estimular a indústria

RENÚNCIA TRIBUTÁRIA O governo federal publicou nessa sexta (25) decreto que reduz as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A medida alivia a carga tributária na produção de automóveis, eletrodomésticos da chamada linha branca - como refrigeradores, freezers, máquinas de lavar roupa e secadoras - e outros produtos industrializados. Para a maior parte dos produtos, a redução foi de 25%. Alguns tipos de automóveis tiveram redução menor na alíquota, de 18,5%. Produtos que contenham tabaco não tiveram redução. De acordo com o Ministério da Economia, a redução do IPI representará uma renúncia tributária de R\$ 19,5 bilhões em 2022, de R\$ 20,9 bilhões em 2023 e de R\$ 22,5 bilhões em 2024.

Por se tratar de tributo extrafiscal, de natureza regulatória, é dispensada a apresentação de medidas de compensação. Para justificar a renúncia tributária, o governo destacou que a arrecadação federal em janeiro de 2022 somou R\$ 235,3 bilhões, sendo volume recorde que representa 18,30% de aumento em relação ao mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação do período.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou que a redução da alíquota do IPI irá beneficiar cerca de 300 mil empresas que operam no Brasil e confirmou a renúncia fiscal de R\$ 10 bilhões para a União e R\$ 10 bi-



Paulo Guedes, ministro da Economia, afirma que medida vai beneficiar 300 mil empresas em todo o Brasil

lhões estados e municípios.

"A redução de 25% no IPI é o marco do início da reindustrialização brasileira após quatro décadas de desindustrialização. Não pode haver recuo nisso, daqui para frente é redução de impostos", afirmou. "Transformamos o excesso de arrecadação em redução ou simplificação de impostos. Nosso governo é liberal. Estávamos dispostos a abrir mão de até R\$ 30 bilhões em arrecadação na reforma tributária", completou.

A medida foi vista com bons olhos por entidades

que representam as indústrias no país. A Confederação Nacional da Indústria afirmou que o decreto é muito positivo, em especial para a indústria e para o comércio, que revende os produtos industriais.

Já o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz) criticou. A entidade afirma que a redução da alíquota do IPI "causa prejuízo ao financiamento de serviços públicos estaduais e municipais" sem que haja resultado satisfatório para incentivar a indústria.

STF forma maioria para revisar regra de cálculo de aposentadoria

'VIDA TODA' O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria nessa sexta (25) a favor da "Revisão da Vida Toda" para beneficiários da Previdência Social. O voto do ministro Alexandre de Moraes desempatou o julgamento, que ficou em 6 a 5 a favor dos aposentados.

A União aponta que, caso a derrota se confirme no plenário da Corte, o impacto nas contas da Previdência Social pode chegar a R\$ 46,4 bilhões em dez anos. Esse valor é contestado por entidades que representam os aposentados.

Tem direito à revisão quem se aposentou nos últimos dez anos anteriores à reforma da Previdência de 2019, e o benefício precisa ter sido concedido com base na Lei 9.876, de 1999.

O julgamento discute se aposentados podem recalcular as aposentadorias incluindo contribuições anteriores a julho de 1994, já que, em 1999, a reforma da Previdência da época alterou cálculos dos benefícios ao estabelecer que contribuições ao INSS anteriores ao Plano Real não seriam consideradas. Em julgamento no Plenário Virtual do STF, o ministro Alexandre de Moraes acompanhou o ex-ministro Marco Aurélio Mello e entendeu que, como há uma regra transitória, ela deve assegurar o melhor benefício ao aposentado.

Apesar de o julgamento estar a favor dos aposentados, ele só termina em 9 de março. Até lá, algum ministro pode mudar seu voto, pedir vista ou enviar o pro-

Tem direito à revisão quem se aposentou entre 2009 e 2019 e teve o benefício concedido com base na lei 9.876, de 1999

cesso para julgamento no plenário físico. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia decidido, em 2019, a favor dos aposentados.

Regra beneficia quem contribuía com valores maiores antes de 94.

Mas as contas têm de ser feitas caso a caso. Quem se sentir prejudicado deve entrar com ação individual no Poder Judiciário.

Em seu voto, o ministro Alexandre de Moraes trouxe exemplos de aposentados que podem se beneficiar com a decisão do Supremo. Um deles foi o de um aposentado desde 2014, que recebe R\$ 2.865,86. Com o direito reconhecido pelo STF ele terá um aumento de 30,82% sobre esse valor, e seu benefício vai para R\$ 3.749,21.

Bahia Marina diz que está à disposição dos órgãos

A Bahia Marina diz ter sempre atuado em favor da regularização do uso do bem público

Após divulgação de processo administrativo junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que trata do uso da superfície de água, a Bahia Marina emitiu nota onde diz que é uma das poucas marinas regularmente implantadas no Brasil, desde sua construção em 1997, cumprindo todas as normas legais aplicáveis. A Bahia Marina também fala que mantém-se adiante com os contratos em vigor e atende a todas as solicitações da SPU, que é quem regula o uso de espaço em águas públicas.

O processo administrativo junto à SPU que trata do uso da superfície de água pela Bahia Marina, existe desde 2006 e tem acompanhamento do Ministério Público Federal. A Bahia Marina se posiciona a favor da regularização do uso do bem público e tem colaborado para um

estudo específico para discussão sobre o valor correto da retribuição pelo uso do espaço em águas públicas.

A Bahia Marina possui uma bacia de atracação de 176 mil m², com complexo náutico para até 300 embarcações em píeres flutuantes e mais 150 em píe seco; além das atividades marinhas, funcionam ali lojas e restaurantes, além de ser referência como polo turístico da Cidade de Salvador. O local ainda ressalta que cumpre suas obrigações e está à disposição do Patrimônio da União e de qualquer órgão público para os devidos esclarecimentos.

Confira parte da nota:

A discussão sobre o valor correto da retribuição pelo uso do espaço em águas públicas é importante e complexa, tanto que está em desenvolvimento um estudo específico para essa finalidade, sob responsabilidade da



Fotos: Romildo de Jesus

POLÊMICA

Bahia Marina informa que está regular e que funciona dentro das normas

SPU, com a participação de instituições acadêmicas. A Bahia Marina tem colaborado ativamente para esse estudo, e entende que qualquer medida drástica, antes de que sejam ouvidos todos os interessados e concluído o estudo, seria precipitada, ilegal e contrária aos interesses nacionais e locais.

Temos certeza de que o diálogo é sempre o melhor caminho para que se chegue a condições justas e coerentes para o uso da superfície de água, que atendam aos princípios constitucionais da razoabilidade, proporcionalidade, vedação à onerosidade excessiva e ao confisco, e unifique as cobranças para todas as entidades náuticas do país.

As marinas têm papel fundamental no desenvolvimento do turismo náutico da Bahia e do Brasil, funcionando como forte gerador de emprego e renda para sua região.

Movimento nos terminais de passageiros segue intenso

Ferries e lanchinhas estão em operação especial para atender à demanda, que deve triplicar

LILY MENEZES REPORTER

Embora as folias de rua do Carnaval tenham sido canceladas pelo poder municipal e estadual, isso não tirou o ânimo de quem queria passar o final de semana fora de Salvador. Na Cidade Baixa, a reportagem acompanhou a movimentação dos passageiros rumo ao Terminal São Joaquim do sistema ferry-

boat. Embora o embarque de pedestres tenha sido considerado tranquilo, levando menos de uma hora, os motoristas que queriam fazer a travessia precisaram de paciência com a fila de veículos, que chegava à altura do Largo da Calçada.

De acordo com a Internacional Travessias, administradora do ferry, cinco embarcações estão disponíveis para atender ao públi-

co: Zumbi dos Palmares, Ivetê Sangalo, Dorival Caymmi, Pinheiro e Maria Bethânia. No esquema especial para o período carnavalesco, as viagens sairão de Salvador de uma em uma hora, e horários extras podem ser disponibilizados a depender da demanda de passageiros. Nos navios, os veículos ocuparão a capacidade máxima do compartimento, enquanto pedestres poderão

usar 75% das vagas disponíveis.

A companhia acredita que o movimento diário de 14 mil passageiros e 3 mil motoristas pode triplicar nos próximos dias. Já no Terminal Turístico Náutico, no Comércio, o fluxo de pedestres também foi intenso, com uma fila que alcançava o prédio central dos Correios. O esquema preparado pela Agência Estadual de Regulação de Servi-

ços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) coloca as lanchinhas para Mar Grande saindo de meia em meia hora, com o primeiro horário às 6h30 e a última viagem às 19h30.

Para quem sai da Ilha para Salvador, a lancha faz seu primeiro trajeto às 5h e o último às 18h. O intervalo entre as viagens pode diminuir para quinze minutos, se ne-

cessário. Juntas, as oito embarcações disponíveis para a travessia podem levar quase 2 mil pessoas a cada viagem. Já o público que escolheu Morro de São Paulo como destino tem cinco horários diários para utilizar os catamarãs, sendo o primeiro às 8h30 e o último às 14h30; para voltar, também são cinco horários, começando às 9h e com última saída de Morro às 15h.

Estado garante apoio aos catadores de resíduos

O Governo do Estado, através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), divulgou na

última quinta-feira (24), algumas ações para beneficiar os catadores de resíduos sólidos e cordeiros, que pelo

segundo ano consecutivo, ficarão sem trabalhar no Carnaval.

Durante encontro realizado na Setre, reunindo representantes de cooperativas de catadores e do Sindicato dos Cordeiros, foi anunciada a distribuição de duas mil cestas básicas, durante três meses, para os catadores e cordeiros, além de mil vagas em 15 cursos profissionalizantes do Programa Conectar, em

bolsa de R\$ 240, dividida em duas parcelas.

"Estamos vivendo um momento difícil por causa desta pandemia e ficar mais um ano sem o Carnaval só faz agravar essa situação. Esta ajuda do Governo do Estado vai garantir pelo menos alimentação dos nossos associados, durante esses três meses", afirmou Annetone Santos, representante da Federação de Catadores do Estado da Bahia.

AUXÍLIO

Sem a folia, ambulantes também receberão incentivos

Com o Carnaval cancelado pelo segundo ano consecutivo, muita gente ficará sem trabalho. Para amenizar a situação, a Ambev e o Zé Delivery vão ajudar com auxílio financeiro de R\$ 150 para ambulantes e catadores. Além desta quantia, a cada pedido feito pelos consumidores no app Zé Delivery em todo o Brasil, de 27 de fevereiro a 05 de março, mais 5 reais serão doados para a ação. Ao final do período, o valor arrecadado será dividido

igualmente pelo número de cadastrados. Ao todo, serão destinados R\$ 5 milhões para a iniciativa. Os ambulantes devem fazer seu cadastro na plataforma www.ambev.com.br/parceiros/destroscarnavais. Já com os catadores, a ação será viabilizada pela Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), que mobilizará as cooperativas locais selecionadas para cadastro e pagamento a catadores cooperados e avulsos.

ANUNCIE PUBLICIDADE
71 3322/6377/3321 2161
Tribuna.publicidade@terra.com.br

Tribuna da Bahia 52 ANOS

Cotação Agropecuária

PRODUTO	PRACA	UNIDADE	PREÇO
BOI CORADO	EMAPALCO	ARBOBA	19,00
	FERRAS SANTANA	ARBOBA	19,00
	IBETERICA	ARBOBA	19,00
	ITAMBALU	ARBOBA	19,00
	IGAL	ARBOBA	19,00
FRANCO DE CORTE	WEGEL CAJON	ARBOBA	19,00
	SUNACON	ARBOBA	19,00
	TEBERE DE FREITAS	ARBOBA	19,00
CARNIHO	HAZIRO	ARBOBA	19,00
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	ARBOBA	19,00
LITRE	EMAPALCO	LITRO	1,58
	FERRAS SANTANA	LITRO	1,58
	IBETERICA	LITRO	1,58
	ITAMBALU	LITRO	1,58
	IGAL	LITRO	1,58
OVINO	WEGEL CAJON	LITRO	15,147
	SUNACON	LITRO	15,147
	TEBERE DE FREITAS	LITRO	15,147
CACHAÇA	EMAPALCO	ARBOBA	20,00
	FERRAS SANTANA	ARBOBA	20,00
	IBETERICA	ARBOBA	20,00
	ITAMBALU	ARBOBA	20,00
	IGAL	ARBOBA	20,00

PRODUTO	PRACA	UNIDADE	PREÇO
CACHAÇA	EMAPALCO	ARBOBA	20,00
	FERRAS SANTANA	ARBOBA	20,00
CACHAÇA	EMAPALCO	ARBOBA	20,00
	FERRAS SANTANA	ARBOBA	20,00
	IBETERICA	ARBOBA	20,00
	ITAMBALU	ARBOBA	20,00
	IGAL	ARBOBA	20,00
CACHAÇA	EMAPALCO	ARBOBA	20,00
	FERRAS SANTANA	ARBOBA	20,00
	IBETERICA	ARBOBA	20,00
	ITAMBALU	ARBOBA	20,00
	IGAL	ARBOBA	20,00

Polícia Militar realiza fiscalização durante o período de Carnaval

LARISSA NUNES ESTAGIÁRIA

A Polícia Militar da Bahia iniciou ontem (25) às 14h, e vai até às 7h da manhã do dia 2 de março, operações que visam evitar aglomerações durante os dias que seria oficialmente o Carna-

val. De acordo com a PM, as fiscalizações terão a supervisão do Comando de Operações Policiais Militares (COPPMM), na qual atuarão em coibir a realização de eventos em ambiente público, de não permitir nenhum tipo de aglomeração e conduta que descumpram o protocolo sanitário estabelecido, sejam eles anteriormente organizados ou inesperados, as chamadas "festas de rua", a exemplo de marchinhas, fanfarras de paredões.

A PM ainda ressaltou que todas as unidades e batalhões da capital, Região

Metropolitana (RMS) e interior do estado farão a intensificação do policiamento ostensivo e preventivo necessário, em locais estratégicos.

Também atuando nas fiscalizações, a Prefeitura de Salvador iniciou desde a última quarta (23), a tarefa que conta com cerca de 200 agentes circulando pela Barra, Ondina e Centro Histórico para fiscalizar os espaços.

As equipes são formadas pelas Secretarias Municipais de Desenvolvimento Urbano, Ordem Pública, Guarda Civil e Transviador e contará com o apoio das Polícias Civil e Militar. Os esforços estarão direcionados ao cumprimento das medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 adotadas pelo Governo Estadual, em cumprimento ao decreto nº 21.148 de 14 de fevereiro de 2022.

Litro da gasolina tem mais um aumento e chega a quase R\$ 7

LARISSA NUNES ESTAGIÁRIA

Com os valores oscilando a cada dia, o preço da gasolina vem assistindo de maneira desenfreada aqueles que necessitam se deslocar diariamente com seu carro próprio. Quem precisou abastecer na manhã de ontem (25), encontrou o valor da "gasosa" chegando a quase R\$ 7,00 o litro.

Segundo um levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o preço médio da gasolina em Salvador entre os dias 13 a 19 de fevereiro ficou em R\$ 6,72;

já o valor mínimo chegou a registrar R\$ 6,61 e o valor máximo a R\$ 7,10.

A equipe da Tribuna circulou em alguns postos da capital baiana. A maioria já aderiu aos novos preços, como o posto situado na Avenida Ulysses Guimarães, no bairro de Sussuarana; o litro da gasolina comum passou de R\$ 6,72 para R\$ 6,99. A mesma situação foi encontrada em postos de combustíveis que ficam nos bairros de São Cristóvão e Estrada das Barreiras, ambos o litro chega a R\$ 6,98.

De acordo com o Sindicato Combustíveis-BA, não houve mudança de preço na Refinaria de Mataripê, e o aumento no preço da gasolina não tem relação com a Guerra da Ucrânia.

Para o eletricitista Fernando Conceição, que também é motorista por aplicativo cada dia se torna mais difícil manter um tanque cheio com diversos reajustes mensais.

"Não consigo entender a forma que eles alteram os valores, como é estudado todo o orçamento, porém para um trabalhador que precisa se deslocar com frequência ou trabalha como motorista por aplicativo fica muito complicado todo dia encontrar um valor diferente nos postos e nada se resolve, tudo só aumenta; é revoltante."

Tribuna da Bahia Rua Djalma Dutra 121, Sete Portas Salvador Bahia - CEP 40.255-000

FUNDADOR: ELMANO SILVEIRA CASTRO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1969

Conselho Editorial
Presidente: **Antônio Walter Pinheiro** Vice-Presidente: **Marcelo Sacramento** Diretor de Redação: **Paulo Roberto Sampaio** Propriedade: **Site-Editor**

Redação
Diretores: 3322-4959
Redação: 3321-2161
Publicidade: (71) 3322-6377
Fax: (71) 3321-5322
Assinatura: (71) 3322-7266

Representações:
Feira de Santana: (75) 3623-4044 / 5729
Bralia: DF 91 3543-4071 / 2353 5051
São Paulo - SP Tel.: (11) 2985.5444
Norte/Nordeste Tel.: (85) 3264-0406

Gerente Comercial: Ricardo Paiva
Gerente Administrativo Financeiro: José Carlos do Carmo

e-mail: tribuna.tribuna@terra.com.br

Assinatura Anual R\$560,00 - Semestral R\$280,00 - Trimestral R\$140,00

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 28/02/2022	Coluna: Economia



COM REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DE ATÉ 25% DO IPI, PREFEITOS ESTIMAM PERDA DE R\$ 5 BI



admin 28 Fevereiro, 2022

A decisão do governo federal de reduzir em até 25% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi criticada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Em nota divulgada, a entidade afirma que foi pega de surpresa com o decreto publicado na sexta-feira (25) no Diário Oficial da União e que a medida resultará na perda de R\$ 4,8 bilhões em receita para as prefeituras.

O montante representa 40% de um mês do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) destinado as 5.568 cidades brasileiras. Segundo a CNM, a perda de receita vai prejudicar ações de custeio e investimento nas áreas sociais das prefeituras. O FPM é abastecido com recursos do IPI e do Imposto de Renda. O governo federal estima em R\$ 19,5 bilhões a renúncia fiscal em 2022 com a redução do tributo.

A entidade afirma que vai pressionar o Congresso a aprovar projetos que obriguem o governo federal a compensar os efeitos da redução do IPI. “Infelizmente, se repete o velho hábito de fazer caridade com o chapéu alheio”, diz a nota assinada pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. “Essa forma de reduzir impostos que são compartilhados é usualmente utilizada por todos os governos e sempre causam grandes prejuízos aos municípios. Trata-se de uma política que fere gravemente o pacto federativo”, acrescenta Ziulkoski.

Por se tratar de tributo extrafiscal, de natureza regulatória, é dispensada a apresentação de medidas de compensação, como autorizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ressaltou o governo. O tributo incide sobre a atividade industrial e é uma tentativa do governo federal de estimular a economia. De acordo com o Ministério da Economia, a redução do IPI em 25% deve beneficiar mais de 300 mil empresas, sobretudo a indústria de transformação.

Economia

Petróleo dispara e até crédito para commodities é afetado

Bancos europeus e chineses cortam financiamento para exportações russas

NOVA YORK

As primeiras negociações com petróleo e moedas nos mercados asiáticos na manhã desta segunda-feira (horário local) foram de forte alta da commodity, valorização do dólar frente às principais divisas e quedas nas Bolsas. O barril do petróleo tipo Brent, refe-

rência no mercado internacional, chegou a subir mais de 7% e voltou a ultrapassar a marca de US\$ 100. O óleo leve americano (WTI) também subiu mais de 7%, acima de US\$ 97 o barril.

As Bolsas asiáticas abriram em queda e, no mercado futuro americano, a Bolsa de tecnologia Nasdaq e o

S&P caíram mais de 2%.

O mercado de commodities metálicas e agrícolas também deve sofrer um duro golpe por causa das sanções à Rússia. A produção e o comércio de grãos, como trigo e milho, já estavam ameaçados com a invasão do território ucraniano, porque Rússia e Ucrânia são grandes exportadores glo-



Colheita de trigo. Rússia e Ucrânia são grandes exportadores do grão

bais desses alimentos. Há um temor de que o conflito impeça o plantio na Ucrânia, o que deve ocorrer no

fim do inverno, e dificulte o embarque de grãos.

Agora, também o financiamento à comercializa-

ção de commodities está ameaçado. Os bancos europeus Société Générale, Credit Suisse, ING e Rabobank, muito atuantes neste mercado, já pararam de financiar as comercializadoras de petróleo e metal da Rússia.

E pelo menos dois grandes bancos estatais chineses estão restringindo o financiamento em dólar de importações de commodities russas, o Bank of China e o Industrial & Commercial Bank of China. Letras de crédito denominadas em yuan seguem disponíveis, mas apenas caso a caso e mediante aprovação do comando das instituições.

TER_Miriam Leitão_QUI_Miriam Leitão_SEX_Rogério Wierneck (quizenal)_Fabio Giambiagi (quizenal)_SÁB_Carlos Góes (quizenal)_Cláudio Ferraz (mensal)_Vilma Pinto (mensal)_DOM_Miriam Leitão

MÍRIAM LEITÃO



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
 miriamleitao@oglobo.com.br
 Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



Cenas do passado e desordem mundial

O ultraje e a infâmia que o mundo tem visto, com tropas russas na Ucrânia, trouxeram a sensação de que o presente havia sido trágico pelo passado, para as cenas de horror como a dos tanques soviéticos ocupando Praga, em 1968, ou o tempo ainda mais primitivo das guerras medievais de conquistas de território. O que aconteceu tem efeitos concretos para o mundo e para o Brasil, na política e na economia. O péssimo governo brasileiro se refletiu no vexame de uma diplomacia que levou dois dias para acertar o tom.

No curto prazo, a crise criada pela Rússia piora muito a conjuntura, segundo o economista José Roberto Mendonça de Barros. A

guerra vai elevar os custos de vários produtos. De fertilizantes a combustíveis, de trigo a alumínio. E se a Ucrânia não puder plantar a próxima safra, que se inicia ao fim do degelo? Se o país estiver desorganizado, pela guerra imerecida e indesejada, cairá a oferta de milho e trigo. A Rússia sob sanções também terá mais dificuldades de vender seu trigo. Bielorrússia, de onde partiram os ataques a Kiev, é fornecedora de fertilizante, como Rússia e Ucrânia. Não haverá boa safra sem os três países.

—No curto prazo o estrago é gigantesco. Primeiro porque o conflito ocorre quando ainda não se chegou ao fim da pandemia. As cadeias produtivas globais já estavam desorganizadas e agora devem piorar. Os preços de todas as *commodities* subirão: grãos, metais, petróleo e gás. Isso será uma pressão significativa na inflação que já estava alta. Teremos menos comércio e menos PIB no mundo — resume José Roberto.

Arminio Fraga também alerta para a fragilidade do momento.

—Isso tudo está pegando o mercado financeiro meio numa bolha. A bolha do dinheiro de graça. Essa conjuntura estava começando a mudar. O mercado está numa fase de transição perigosa. Existia uma anestesia diante da ideia de que os juros ficariam baixos para sempre, e o mundo se alavancou muito — diz Fraga.

Na pandemia, a demanda de alimentos aumentou pelas transferências de renda para as

famílias. Isso diminuiu os estoques. As sanções à Rússia vão afetar parte da oferta. Grandes países produtores têm tido problemas.

—A estiagem afetou a produção de soja no Paraguai, Argentina e Sul do Brasil. A seca foi muito mais forte do que o previsto e pelo menos 10% da safra brasileira foi perdida. Isso significa que a safra no Hemisfério Norte, que vai ser plantada agora, não pode dar errado — diz José Roberto.

A guerra criada pela Rússia impacta economia e desorganiza a ordem mundial. O hino da Ucrânia traz um alerta dramático

já elevada. O mundo está com inflação alta, e a nossa é mais alta ainda.

André Travassos, sócio da Lampert Advogados, e que tem empresas de fertilizantes entre os clientes, explicou ao jornalista Alvaro Gribel que o setor acompanha a guerra com o cabelo em pé.

— Nós somos totalmente dependentes de importação, produzimos muito pouco, muito aquém do que a gente precisa, e somos grandes produtores do agronegócio. Para se ter ideia, importamos 80% dos fertilizantes usa-

dos na produção agrícola. Nos fertilizantes com potássio, a dependência chega a quase 96%. Da Rússia vem quase 30%. E o agronegócio é o carro-chefe da nossa balança comercial.

Escrevi aqui sobre os erros da expansão da OTAN, mas nada do que aconteceu é aceitável. O que ficou claro é que Putin preparou friamente esse ataque à soberania da Ucrânia, sabendo que há pouco que o Ocidente possa fazer. Arminio acha que é possível — apesar das dificuldades operacionais — desligar a Rússia do sistema Swift de pagamento. E, de certa forma, Putin se preparou para esse isolamento, melhorando os indicadores macroeconômicos e neutralizando, em parte, as sanções financeiras.

—O comércio Rússia-China há oito anos era 90% em dólar e agora é apenas um terço — diz Arminio.

A diplomacia brasileira ficou dois dias sem condenar a invasão, posição imposta por Jair Bolsonaro ao Itamaraty e que, se fosse mantida, colocaria o país de costas para o Direito Internacional e para a Carta da ONU. Os problemas se espalham na política internacional e na economia. O momento continua sendo de extremo perigo.

As horas de dramática resistência dos ucranianos na Batalha de Kiev tornavam real a letra do hino nacional. “A Ucrânia ainda não morreu, nem a glória, nem a liberdade.”

Economia



OBRAS DA USINA DE ANGRA 3

Eletronuclear abre concurso

Ao todo são 137 vagas com salários de até R\$ 7.382, mas o cadastro de reserva

PARA
ACESSAR
APORTE
O CELULAR
PARA
O QR CODE

PARA ESTIMULAR A ECONOMIA

GOVERNO FAZ REDUÇÃO LINEAR DE 25% NO IPI

Para Guedes, medida é um marco na reindustrialização do país



Incentivo. Redução do IPI deve aliviar pressão sobre preços e estimular produção. Guedes disse que corte poderia chegar a 50%, mas que isso não foi feito em respeito a empresas da Zona Franca de Manaus

MANOEL VENTURA, GERALDA DOCA, ANDRÉ DE SOUZA, BRUNO ROSA E IVAN MARTÍNEZ-VARGAS
economia@globo.com.br
BREVETADO E REGISTRADO

O governo federal publicou o decreto que reduz de forma linear em 25% as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que incidem sobre produtos da indústria nacional. A iniciativa foi definida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como um marco na reindustrialização do país. A redução já está em vigor. E ao contrário do previsto no início das discussões sobre o tema, o corte vale também para o imposto sobre bebidas e armas. Apenas o tributo sobre o cigarro não foi diminuído.

A medida seria anunciada após o carnaval, junto com o pacote de medidas de estímulo

à economia com impacto estimado em R\$ 100 bilhões. Mas foi preciso antecipar o anúncio, pois houve uma paralisação da venda de bens duráveis, especialmente veículos, depois que o próprio Guedes disse que a redução no imposto seria de 25% nesta semana.

A redução do imposto reduz a arrecadação em cerca de R\$ 20 bilhões. Como a receita com o IPI é compartilhada com estados e municípios, parte dessa fatia será paga pelos governos locais.

— Estamos fazendo a melhor política industrial que pode ser feita, a redução de impostos. É movimento simples, mas importante. É um marco histórico. É a primeira vez que vamos reduzir impostos linearmente — disse Guedes. — A redução de 25% do IPI é um marco da reindustrialização



“A redução de 25% do IPI é um marco da reindustrialização brasileira após quatro décadas de desindustrialização”

Paulo Guedes, ministro da Economia

brasileira após quatro décadas de desindustrialização.

Se, no curto prazo, o governo perde arrecadação, no longo prazo, a expectativa é de ganho. A secretária de Produtividade, Daniella Marques, calcula impacto positivo de R\$ 467 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) em 15 anos, com a perspectiva de aumento

da produção após o corte do tributo. Ela diz que haverá alta de R\$ 314 bilhões em investimentos no período como resultado do corte de imposto.

Guedes afirmou que o corte poderia ser maior, de 50%, e que isso não ocorreu por respeito à Zona Franca de Manaus. As empresas na região recebem créditos por causa do IPI, e parlamentares da Amazônia já protestam contra o corte. Segundo o ministro, a vocação da Amazônia são os créditos de carbono, que podem ter fluxo de US\$ 100 bilhões no mundo todo. Guedes estima que de 18% a 25% disso poderiam vir para o Brasil.

‘CASAMENTO INDISSOLÚVEL’
O ministro da Economia afirmou ainda que o governo gerou superávit fiscal em janeiro, que paga o impacto do corte do

IPI sobre as contas públicas. Segundo Guedes, o corte vai favorecer mais de 300 mil empresas, principalmente indústrias de transformação.

— Começou o projeto de reindustrialização brasileira. Daqui para frente é redução. Só que isso tem que ser feito com muito cuidado e com mecanismos compensatórios que permitam a vantagem competitiva — disse.

Baixar o IPI é desejo antigo de Guedes. A medida foi anunciada agora, em cenário de arrecadação em alta e de disputa com governadores em relação aos reajustes salariais de servidores. Ao menos 20 estados já anunciaram aumentos. Ao reduzir a receita com o imposto, o governo também espera frear a disposição para elevar salários do funcionalismo.

De manhã, ao lado de Gue-

des, o presidente Jair Bolsonaro já havia afirmado que o governo faria um anúncio para “voltar a industrializar o país”. Nas palavras do presidente, “o primeiro passo é não atrapalhar o empresário”. No mesmo evento, Bolsonaro voltou a defender a atuação em conjunto com o ministro da Economia:

— O meu casamento com Paulo Guedes é indissolúvel. Não existe divórcio.

IMPACTO NA INFLAÇÃO

A redução do IPI não precisa do aval do Congresso e não requer compensação. A redução do imposto é também estratégia para conter a inflação, que está em 10,76% em 12 meses, de acordo com o IPCA-15 de fevereiro. Guedes afirma que a medida tem impacto na inflação, mas que não é esse o foco. Segundo ele, é uma promessa de usar o excesso de arrecadação para reduzir impostos:

— Tem impacto de curto prazo sim, mas essa medida não tem nada a ver com a inflação. É uma medida de industrialização.

Dirigentes da indústria comemoraram a redução do imposto. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, diz que a medida favorece indústria e comércio e pode reduzir preços, já que produtos industriais representam 23,3% do índice oficial de inflação:

— A indústria de transformação tem potencial de puxar o crescimento. Cada R\$ 1 a mais produzido na indústria resulta em R\$ 2,67 a mais no PIB. E nos últimos dez anos, essa indústria encolheu, em média, 1,6% ao ano.

O presidente da Abiplast (associação da indústria do plástico), José Ricardo Roriz Coelho, comparou a medida à redução de alíquota no governo Dilma Rousseff para eletrodomésticos de linha branca.

— Com a desoneração do IPI, os produtos ficam mais baratos para o consumidor final e as vendas tendem a aumentar, como foi quando a Dilma tirou o IPI da linha branca por um tempo. É uma medida importante em um momento de demanda muito baixa — disse. — É uma ferramenta que pode baixar a inflação, mas o IPI é apenas um dos responsáveis pela desindustrialização brasileira. O custo Brasil é alto.

Para Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ, a medida pode deixar as contas públicas ainda mais no limite: — O governo deve considerar que a atividade econômica vai subir, mas teremos um 2022 de muitas incertezas. A redução do IPI deveria ocorrer com a reforma tributária, mas isso exige demanda de Congresso, estados e municípios.

Estados e municípios criticam corte sem compensação

Redução de repasse do IPI será perene. Empresas e políticos da Amazônia temem impacto na Zona Franca de Manaus

BRASILIA

Estados, municípios e representantes da Amazônia criticaram a redução linear na alíquota do IPI. O corte no imposto vai reduzir as receitas dos entes federados em R\$ 11,923 bilhões neste ano, sendo R\$ 6,066 bilhões para os estados e R\$ 5,857 bilhões para as prefeituras, segundo projeção do Comitê de Secretários de Estado da Fazenda

(Comsefaz). Isso porque a arrecadação federal com o tributo é compartilhada pela União com esses entes via Fundos de Participação.

— Não houve nenhuma medida de compensação. A União poderia reduzir tributos que os estados e municípios pagam para ela, mas não fez nada disso — afirmou o diretor institucional do Comsefaz, André Horta.

Para Jeferson Passos, presi-

dente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais, as cidades mais populosas e com menor Produto Interno Bruto (PIB) per capita serão mais afetadas pela medida por causa dos critérios de transferência dos Fundos de Participação, como Fortaleza, Recife e Salvador:

— Haverá perdas para as áreas de educação e saúde, nossas maiores despesas.

O governador do Piauí,

Wellington Dias, classificou a medida de “desespero eleitoral”. Lembrou que o governo não dá um passo para aprovar a reforma tributária.

— Todos sabem que, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Eleitoral, é mais uma medida ilegal, mais um projeto para desequilibrar estados e municípios. Cabe inclusive analisar, pois é possível que este ato se enquadre como crime eleito-

ral — disse o governador.

A reação foi mais forte no Amazonas. O deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), afirmou que vai entrar com representação contra o presidente Jair Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo ele, o decreto com o corte no IPI é ilegal. Na visão do parlamentar, a medida vai afetar a Zona Franca de Manaus (ZFM), que é isenta do tributo, e sacrificar a in-

dústria nacional que recebe incentivo, como o setor de informática, eliminando empregos. Com a redução do IPI, a vantagem competitiva da ZFM fica menor.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, disse que está avaliando os impactos do decreto para a indústria local para tomar providências cabíveis. O líder do MDB, senador Eduardo Braga (AM), disse que o decreto prejudica gravemente a Zona Franca, os fabricantes de motocicletas, televisores e peças de informática. (Geralda Doca)

TER_Miriam Leitão _QUI_Miriam Leitão _SEX_Rogério Werneck (quinzenal) _FABIO_Giambiagi (quinzenal) _SAB_Carlos Góes (quinzenal) _CLÁUDIO_Ferraz (mensal) _VIMA_Pinto (mensal) _DOM_Miriam Leitão

ENTREVISTA

Roberto Rocha/ RELATOR DA PEC 110 NO SENADO

Senador, que apresentou novo parecer nesta semana, espera que a proposta seja aprovada nas duas Casas do Congresso ainda este ano e diz que texto final é um jogo de 'ganha-ganha' para o país

FERNANDA TRISOTTO fernanda.trisotto@oglobo.com.br BRASÍLIA

'REFORMA TRIBUTÁRIA É PROJETO DE ESTADO, NÃO DE GOVERNO'

O senador Roberto Rocha, relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) 110, que promove alterações na tributação sobre consumo em um dos capítulos da reforma tributária, está otimista. Ele espera que o texto seja aprovado este ano nas duas Casas do Congresso, embora não crave um prazo limite para a aprovação do projeto.

Nesta semana, o senador apresentou novo parecer. A regra geral não muda: o eixo segue sendo a criação de um imposto sobre valor agregado (IVA) Dual, com um tributo exclusivo para a União (PIS e Cofins) e outro para estados e municípios (ICMS e ISS).

O tributo exclusivo da União é a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que aparece em projeto de lei proposto pelo governo em julho de 2020, mas que ainda não tem relatório. O outro tributo

seria chamado de IBS e valeria para estados e municípios.

Para angariar apoio, Rocha propôs uma mudança no parecer: ampliou o período de transição do IBS, que passará a ser cobrado no destino e não na origem. A transição, prevista para 20 anos, será em 40 anos, com garantia de que nenhum ente terá perda de arrecadação na primeira fase.

Outra mudança foi a criação de um regime diferenciado para tributação de combustíveis, determinando a cobrança de um valor fixo por litro, e com alíquota única em todo o país. O objetivo é solucionar a alta dos preços de gasolina e diesel.

Após anos de discussão, há expectativa de que o relatório da PEC 110 seja votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado depois do Carnaval. Veja os principais pontos da entrevista, concedida por escrito:

Quais os principais pontos do novo parecer da PEC 110?

O principal ponto do parecer é representar a síntese de um amplo debate, com a participação de todos os segmentos da sociedade, inclusive o cidadão, que pode opinar diretamente, por meio das audiências públicas e dos demais canais disponibilizados. Por conseguinte, o nosso trabalho procurou refletir a média do pensamento da sociedade e dos políticos em geral.

O senhor apresentou novo parecer da proposta de reforma tributária, com solução estrutural para o problema dos combustíveis e prazo maior de transição. Como foi a negociação das mudanças?

Os problemas dos combustíveis e da transição têm impacto relevante sobre os



Apoio. Senador Roberto Rocha diz que reunião na CCJ mostrou a urgência e a relevância da proposta de reforma tributária



“Os problemas dos combustíveis e da transição têm impacto relevante sobre os entes federados, sobretudo, os estados”

“Entrave não há, até porque todos foram atendidos. Além disso, a reforma tributária será um jogo de ganha-ganha”

entes federados, sobretudo, os estados. Por essa razão, colhemos as opiniões, entendimentos e proposta de todos os interessados. Como o assunto dos combustíveis está sendo tratado por uma PEC específica, tam-

bém tivemos um diálogo bastante proveitoso com o relator, senador Jean Paul Prates, a fim de trocar informações e nivelar os entendimentos.

Ainda há algum entrave para a tramitação do projeto?

Entrave não há, até porque todos foram atendidos. Além disso, a reforma tributária será um jogo de ganha-ganha. Claro, sempre há a possibilidade de o texto continuar sendo aperfeiçoado ao longo do processo legislativo.

Qual a avaliação do senhor sobre a perspectiva de aprovação do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)? Como tem sido a conversa com senadores para a avaliação do texto no Plenário? E com deputados?

Minha avaliação é positiva.

Na reunião da CCJ ficou clara a urgência e a relevância da reforma, bem como o apoio dos senadores. Não houve um só senador que se opusesse à reforma ou ao conteúdo. Há sim quem defenda a inclusão de algumas exceções, mas isso deve ser decidido pelo conjunto dos colegiados. Muitos deputados têm participado ativamente da construção do texto. Além disso, a base do texto atual é o relatório elaborado pelo deputado Agnaldo Ribeiro, na Comissão Mista.

Na sua avaliação, qual seria o prazo limite para a aprovação desse projeto em um ano eleitoral?

A reforma tributária é um projeto de Estado e não de governo. O importante é aprová-lo ainda este ano nas duas Casas e promulgá-lo imediatamente.

Acordo fiscal: estado tem aval do Tesouro Nacional

Novo parecer foi publicado após o governo do Rio tirar a proposta de reajuste salarial automático para servidores, apesar de manter outras ressalvas. Entrada no Regime de Recuperação ainda depende do Ministério da Economia

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br

Em novo parecer publicado ontem, o Tesouro Nacional recomendou, com ressalvas, a aprovação do Plano de Recuperação Fiscal (PRF) apresentado pelo governo do Rio. Esse proposta vai permitir que estado ingresse no novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O Palácio Guanabara acatou recomendação anterior do órgão e retirou a previsão de reajuste salarial automático para servi-

dores, a partir de 2023. A informação foi antecipada por Ancelmo Gois em seu blog no GLOBO.

O parecer favorável do Tesouro, com ressalvas, não exige que o Rio entregue uma nova versão do plano. Além do órgão, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal já apresentou parecer com ressalvas. Está pendente a nova análise da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Todas essas análises serão levadas ao Minis-

tério da Economia, que tem a palavra final na decisão.

O Tesouro e a PGFN tinham vetado, em meados de janeiro, a entrada no Rio no novo regime, que permite a suspensão das dívidas do estado com a União. “Desta vez conclui-se, com ressalvas, que o PRF revisado apresenta potencial de equilibrar as finanças do estado”, diz o Tesouro. Um “não” definitivo do governo federal obrigaria o Rio a pagar mais de R\$ 90 bilhões em dívidas acumuladas,

além de manter os pagamentos mensais à União.

Ainda assim, o Tesouro ponderou que a ausência de correção salarial a partir de 2023 e o corte nos investimentos podem não ser suficientes para que o estado cumpra a meta estabelecida no plano.

MEDIDAS INSUFICIENTES

Um ajuste que era considerado fundamental pelos técnicos da equipe do ministro Paulo Guedes era a revisão da concessão de reajustes para

servidores prevista pelo governo fluminense. Isso foi feito: não há mais aumentos automáticos a partir de 2023, e qualquer possibilidade de reajuste para os servidores terá de ser analisada ano a ano, a depender do resultado das contas públicas.

A medida agradou ao Tesouro, que fez a ponderação de que ela pode ser insuficiente e que revisões mais constantes no plano poderão ter ser feitas. A outra ressalva feita pelo Tesouro foi em relação à estratégia de securiti-

zação da dívida ativa do estado e do aumento de receitas de ICMS, royalties e participações especiais, fruto de maior fiscalização de empresas petrolíferas. A avaliação é de que esses resultados são incertos.

Em nota, a Secretaria estadual de Fazenda disse que os aspectos jurídicos do plano estão em discussão pelas procuradorias gerais do estado e da Fazenda Nacional. “O estado aguarda uma manifestação oficial da PGFN para os próximos dias”, diz o texto.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 26 a 28/02/2022	Caderno: Economia



Governo reduz IPI em 25% em medida para estimular a indústria e o consumo

O benefício alcança todos os bens industrializados, incluindo armas e bebidas, e apenas cigarro é exceção; renúncia fiscal será de R\$ 19,5 bilhões, calcula Ministério da Economia

Lorena Rodrigues, Eduardo Rodrigues e Guilherme Pimenta, O Estado de S. Paulo
25 de fevereiro de 2022 | 19h13

BRASÍLIA - Pressionado a apresentar uma agenda positiva que ajude a impulsionar a campanha para a reeleição do presidente **Jair Bolsonaro**, o governo reduziu nesta sexta-feira o **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)**.

A alíquota cobrada foi reduzida em 25% para todos os produtos industrializados – incluindo **bebidas** e **armas**. A única exceção são os **cigarros**, que pagam tributo de 300%. A medida também afeta itens que são fabricados na Zona Franca Manaus, reduzindo a vantagem comparativa do pólo de produção amazonense.

A redução foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) no início da noite desta sexta-feira, 25, depois de o presidente Jair Bolsonaro dizer, em um evento pela manhã, dizer que haveria “excelente notícia para a industrialização brasileira” no mesmo dia. Segundo fontes, a expectativa de anúncio pegou de surpresa técnicos do **Ministério da Economia**, que não esperavam a publicação da medida antes do carnaval.

No início de fevereiro, o *Estadão/Broadcast* antecipou que o governo **estudava diminuir a alíquota do tributo entre 15% e 30%**. A redução é uma tentativa de impulsionar a **indústria** e a venda de produtos como linha branca e **automóveis**.

O governo deixará de arrecadar, com a medida, R\$ 19,5 bilhões neste ano, R\$ 20,9 bilhões em 2023 e R\$ 22,5 bilhões em 2024. Metade desse montante desfalcará o caixa da União e, a outra metade, de Estados e municípios.

O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, destacou que o decreto irá beneficiar cerca de 300 mil empresas. “A redução de 25% no IPI é o marco do início da reindustrialização brasileira após quatro décadas de desindustrialização. Não pode haver recuo nisso, daqui para frente é redução de impostos”, afirmou.

Guedes garantiu que não haverá novas reduções de IPI neste e no próximo ano, justamente para não prejudicar a **Zona Franca de Manaus**. “Não fosse a Zona Franca, a redução de IPI seria maior, certamente de 50%. Como respeitamos a Amazônia, foi só 25%. Isso tem que ser feito com muito cuidado, com uma transição lenta e com mecanismos compensatórios para garantir vantagem da Amazônia”, acrescentou.

Ele disse ainda que a redução deve ter um impacto de curto prazo na **inflação**, mas que esse não é o objetivo da medida. De acordo com Guedes, a redução do IPI abre espaço para uma nova rodada de cortes no Imposto sobre Importação de bens no futuro. No fim do ano passado, o governo anunciou um corte de 10% nas alíquotas do Imposto de Importação de bens importados de fora do Mercosul.

Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência da República ressaltou que a arrecadação de tributos federais bateu recordes em janeiro de 2022. “Há, portanto, espaço fiscal suficiente para viabilizar a redução ora efetuada, que busca incentivar a indústria nacional e o comércio, reaquecer a economia e gerar empregos”, diz a nota.

A **Confederação Nacional da Indústria (CNI)** disse que a redução do tributos é positiva para a **economia**. De acordo com o presidente da entidade, Robson de Andrade, a medida, além de reduzir a carga tributária para o setor, diminui os preços dos produtos industriais, com benefícios para os consumidores e no controle da inflação. “Nos últimos 10 anos, a indústria de transformação encolheu, em média, 1,6% ao ano. Perdeu espaço no **Produto Interno Bruto (PIB)** brasileiro e na produção mundial. Perdeu espaço nas exportações brasileiras e nas exportações mundiais de manufaturados”, explica o presidente.

Já o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) criticou a medida que disse prejudicar o financiamento de serviços públicos. “Qualquer redução da arrecadação com a justificativa de que houve aumento estrutural precisa ser visto com preocupação. Os Estados enfrentam grave crise fiscal desde 2014, estão longe de recuperar as receitas necessárias para prestar os serviços públicos com a qualidade que a população necessita”, afirmou, em nota.

De acordo com o Ministério da Economia, a medida representará um incremento de R\$ 467 bilhões no PIB em 15 anos e de R\$ R\$ 314 bilhões em investimentos em 15 anos.

Como o IPI tem natureza regulatória, a alíquota pode ser mudada por decreto, sem passar pelo Congresso Nacional e sem necessidade de compensar com corte de gastos ou aumento de outros impostos. De acordo com o Ministério da Economia, as novas alíquotas passam a vigorar imediatamente.

A equipe econômica também entendeu que não haveria empecilho relativos ao ano eleitoral, uma vez que a legislação permite a concessão de gratuidades, o que não é o caso.

Indústria elogia a medida, mas faz ressalvas

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), entidade que representa as montadoras instaladas no País, considerou “bem-vinda” a redução das alíquotas do IPI. “É sempre muito bem-vinda qualquer proposta que alivie a pesada carga tributária que incide sobre a indústria de transformação no Brasil, sabidamente uma das mais elevadas do mundo”, afirmou, em nota, o presidente da entidade, Luiz Carlos Moraes.

A extinção do IPI e a simplificação do sistema tributário são pautas defendidas pela associação das montadoras há bastante tempo, lembrou o executivo, para quem o corte do imposto cobrado dos produtos industrializados foi “relevante”. “A redução do custo Brasil é benéfica não só para o setor industrial, mas também para a geração de empregos, para os consumidores e para a sociedade como um todo”, disse o presidente da Anfavea.

A **Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)** avalia que a redução do IPI é um avanço para a indústria. De acordo com a entidade, a elevada tributação sobre a indústria de transformação, fazendo com que o total de impostos pagos pelo setor em relação à carga tributária acional seja muito superior à sua participação no PIB, prejudica o desenvolvimento do País.

Segundo Humberto Barbato, presidente da **Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)**, é exagero achar que só a redução do IPI vai levar a um processo de reindustrialização, mas certamente é um primeiro e grande passo nessa direção. “Redução de IPI, e já tivemos com o ex-ministro Mantega, leva as pessoas a terem mais acesso aos produtos porque os preços caem. E vendendo mais, o governo arrecada mais”, disse o executivo ao *Estadão/Broadcast*. Barbato afirmou que gostaria que a redução fosse maior, em 50%, mas disse compreender que o governo precisava compensar a Zona Franca de Manaus.

O presidente da **Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq)**, José Velloso, diz que a redução do IPI vai na direção certa de reduzir um imposto que nunca deveria ter existido, mas o corte é pequeno para se dizer que vai levar a um processo de reindustrialização. “O IPI nasceu como um imposto regulatório para inibir o consumo de bens com externalidade negativa como cigarros e bebidas e na década de 90 se tornou um imposto arrecadatório”, afirmou Velloso ao *Estadão/Broadcast*.

Para o presidente da Abimaq, é preciso que o Congresso aprove a reforma tributária que está na PEC 110, que acaba com os demais impostos e cria o IVA, Imposto sobre Valores Agregados. “Dentre todos os elementos que elencamos como parte do custo Brasil, o IPI é um deles”, criticou Velloso. / **COLABORARAM CÉLIA FROUFE, EDUARDO LAGUNA, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS**

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Cartas na mesa

Ainda é incerto o tamanho do potencial de mercado que o Brasil terá caso avance na aprovação da lei dos jogos de azar, liberando jogo do bicho, bingo e cassino. Para Magno José Sousa, presidente do IJL (Instituto Jogo Legal), que defende a abertura do mercado, há espaço para cerca de 600 bingos, 7 cassinos grandes e 12 menores. Pelas regras do projeto de lei sobre os jogos de azar aprovado pela Câmara na semana passada, haveria condições para mais.

DEUZEBRA O texto, que ainda será analisado pelo Senado e para virar lei depende de sanção do presidente Bolsonaro, considera a possibilidade de o país ter 33 cassinos e 1.420 bingos licenciados, estabelecidos conforme a população de cada estado ou município. Esses números podem subir por causa da liberação de navios com estrutura para jogos e instalação em hotéis.

PALPITE "O que a lei define é um parâmetro pela população, mas o número de fato vai depender das características do mercado e se vai haver interesse no investimento. Nem toda cidade com a população mínima comporta um bingo. O importante é tirar o jogo da ilegalidade, regulamentar e depurar isso", afirma Sousa.

MILHAR DA SORTE No caso do jogo do bicho, Sousa estima que o número deve ficar mais próximo ao previsto no projeto, perto dos 300. Na opinião dele, a legalização terá condições de evitar a lavagem de dinheiro com mecanismos para controlar o uso de cédulas e identificar todos os apostadores com registros dos prêmios acima de R\$ 10 mil.

FICHAS Ele defende a expansão das máquinas de caça-níquel no projeto. "Essas máquinas não vão sumir da noite para o dia. Se elas não forem liberadas nos pequenos estabelecimentos, podem acabar migrando para estruturas criminosas, milícias e organizações criminosas", afirma.

CARTEIRA Na tentativa de impulsionar suas frentes digitais, o Bradesco vai abrir uma etapa mais agressiva de expansão do Biz, sua empresa de conta digital que completa 18 meses. Depois de fechar 2021 com 4,2 milhões de clientes, a meta para 2022 é chegar aos 8 milhões até o fim do ano, segundo a instituição.

CONCENTRAÇÃO O CEO do Biz, Curt Zimmermann, prevê um período de acirramento na competição e abre uma terceira campanha publicitária após o Carnaval, com um mês de exibição da marca. A empresa avalia que, se conseguir quase dobrar o patamar de clientes, fica mais robusta para alcançar novos mercados.

com Andressa Motter e Ana Paula Branco

INDICADORES

JUROS
Jan., em % ao mês

Minimo	7,73
Maximo	8,00
Mediana	4,05
Outros	8,26

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência janeiro

Autônomo e facultativo	Valor min. R\$ 1.212,00	20%	R\$ 242,40
	Valor máx. R\$ 7.087,22	20%	R\$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria venceu em 15 fev.

MEI (Microempreendedor)

Valor min. R\$ 1.212	5%	R\$ 60,60
----------------------	----	-----------

Assalariado

Até R\$ 1.212,00	Alíquota	7,5%
De R\$ 1.212,01 até R\$ 2.427,35		9%
De R\$ 2.427,36 até R\$ 3.641,03		12%
De R\$ 3.641,04 até R\$ 7.087,22		14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 16 fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

BLINDADO Os efeitos negativos da guerra na Ucrânia devem afetar as empresas brasileiras de turismo com mais força só nos próximos meses. Por enquanto, o setor se sente relativamente protegido porque o inverno no hemisfério norte torna esta época do ano menos atraente aos viajantes.

PASSAPORTE Segundo a CVC, os destinos dentro do Brasil são mais demandados no verão. Pelas estimativas da Cia Eco, o passageiro vai evitar o leste europeu, mas a expectativa otimista é que seja mantido o movimento de retomada das viagens para outros destinos neste momento da pandemia que começa a dar sinais de reaquecimento turístico.

SALA DE EMBARQUE "Haverá uma queda de demanda para a região. Isso é o previsível", afirma Denise Santiago, diretora da agência. Para Sérgio José Maciura, dono da Dnipro, especializada em viagens para a Ucrânia, o fluxo geral de turistas na Europa acabará saindo prejudicado.

TERMÔMETRO A ômicron adiu o retorno ao trabalho presencial de mais de 30% das empresas, aponta levantamento da Ticket com trabalhadores das companhias clientes de seus serviços. Aproximadamente 19% aderiram ao home office de forma permanente. José Ricardo Amaro, diretor de RH da Ticket, vê um processo de consolidação dos modelos de trabalho híbrido e remoto.

RECEITA De acordo com a pesquisa, os trabalhadores estão divididos sobre a retomada do presencial. O levantamento com 200 entrevistados aponta que 27% ainda dizem se sentir inseguros em relação ao contágio pela Covid. Aproximadamente 75% dos entrevistados afirmaram que estão com a imunização completa.

CLIQUE Levantamento do Google sobre as principais dúvidas dos internautas no Carnaval mostra que o funcionamento dos serviços bancários foi o foco neste ano. "Pix vai funcionar no Carnaval" foi a segunda pergunta mais feita na última semana. Segundo o Google, as questões sobre o Carnaval começaram a subir em meados de janeiro.



Movimento em posto de combustíveis em Santo André, na Grande São Paulo. Rivaldo Gomes - 23.fev.2022/Folhapress

Guerra e ano eleitoral são testes para a política de preços da Petrobras

Apesar da alta nas cotações do petróleo, que ganhou força com o conflito na Ucrânia, empresa já passa de 40 dias sem reajustes

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Adisparada da cotação do petróleo provocada pelo início da guerra da Ucrânia, a poucos meses do início da campanha eleitoral é vista como um teste sobre a resistência da Petrobras com sua política de preços dos combustíveis.

De acordo com cálculos da Abicom (Associação Brasileira das Importadoras de Combustíveis), a estatal já vem praticando preços abaixo das cotações internacionais desde o fim do ano passado. Na segunda semana de fevereiro, a diferença chegou a superar os R\$ 0,40 por litro na gasolina e bateu R\$ 0,50 por litro no diesel.

Nas últimas semanas, a valorização do real frente ao dólar deu um alívio, mas com o início da guerra, os indicadores usados pela estatal para definir seus preços voltaram a subir, pressionando por novos reajustes.

Os últimos reajustes nos preços da gasolina e do diesel foram feitos no dia 12 de janeiro, o que levou o mercado a apostar em uma mudança de postura no ano eleitoral, com reajustes menos frequentes e mais tempo abaixo das cotações internacionais.

Na quinta-feira (24), após o início dos ataques russos à Ucrânia, o petróleo Brent chegou a tocar os US\$ 105 (cerca de R\$ 540) por barril pela primeira vez desde 2014. No mesmo dia, a direção da Petrobras disse que observaria o mercado antes de decidir por qualquer mudança nos preços.

As declarações sobre o tema foram dadas em eventos públicos para detalhar o lucro recorde de R\$ 106,6 bilhões registrado pela empresa em 2021, resultado impulsionado pela escalada dos preços do petróleo e dos combustíveis durante o ano.

Em 2021, a Petrobras vendeu sua cota de derivados de petróleo pelo maior preço médio já registrado em balanço, R\$ 416,40 por barril, 15,6% superior ao praticado em 2018, adiante da greve dos caminhoneiros, já descontada a inflação do período.

Os impactos da alta na inflação e no poder de compra dos brasileiros levaram o presidente Jair Bolsonaro (PL) a começar a pressionar a empresa — ele chegou a dizer que gostaria de privatizar a estatal para se livrar das críticas. Para o analista Daniel Cobucci, do BB Investimentos, o choque nos preços do petróleo provocado pela guerra tende a ser favorável à empresa, mas até um determinado ponto em que a pressão contra reajustes possa interferir na gestão da companhia.

"É interessante para a Petrobras ver seu principal produto ter cotações mais elevadas, mas entendemos que acima de um determinado limite isso pode gerar consequências negativas como reação à manutenção da política de paridade internacional", escreveu, em relatório divulgado na sexta (25).

A história recente da Petrobras tem exemplos de intervenções na política de preços dos combustíveis em anos eleitorais.

Em 2002, o então candidato da situação à Presidência da República, José Serra (PSDB), reclamou publicamente dos efeitos negativos de reajustes no gás de cozinha sobre sua campanha, levando a estatal a segurar novos aumentos. Em 2014, o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, que presidia o conselho de administração da empresa, negou insistentes pedidos da direção para autorizar aumentos, o que só foi feito após a vitória de Dilma Rousseff (PT) no segundo turno.

Esta semana, o início do conflito na Ucrânia gerou na equipe econômica do governo recorde de que a escalada do petróleo intensifique a busca do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do Congresso por "medidas heroicas" para tentar segurar os preços dos combustíveis — mas que, na prática, não funcionam. Com o início antecipado da campanha, o tema já vem sendo debatido por candidatos de oposição, que querem colocar em Bolsonaro a responsabilidade pelos elevados preços. O Congresso, por sua vez, debate mudanças legais

“ A manutenção de altos preços dos derivados tem impacto na inflação e na capacidade de poder de compra das pessoas. Isso vai aparecer no debate eleitoral

Mahatma Santos
pesquisador do Inep e da UFRJ

para tentar reduzir os preços ou suavizar variações.

O pesquisador do Inep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) e do Núcleo Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente da UFRJ, Mahatma Santos, diz que o repasse atual de preços já pode ser um indicador de mudanças na política.

"2022 vai ser um ano desafiador para essa atual estratégia, em função das eleições", diz ele. "A manutenção de altos preços dos derivados tem impacto na inflação e na capacidade do poder de compra das pessoas. Isso vai aparecer no debate eleitoral".

O Inep espera reajustes menos frequentes no ano, para minimizar os impactos na campanha. Mas diz acreditar que a Petrobras tentará manter a estratégia de gerar valor ao acionista e distribuir fortes dividendos, como fez em 2021.

Questionada, a Petrobras afirmou que mantém "compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, acompanhando as variações para cima — para baixo, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato para os preços internos das volatilidades externas e da taxa de câmbio causadas por eventos conjunturais".

De acordo com a petroleira, esse equilíbrio é fundamental para garantir "que o mercado siga sendo suprido em bases econômicas e sem riscos de desabastecimento".

Na quinta, em conferência para detalhar o balanço, o diretor de Comercialização e Logística da empresa, Cláudio Mastella, disse que avaliou a valorização do real frente ao dólar nas últimas semanas com uma alta do preço do petróleo, permitindo à empresa manter os mesmos preços desde janeiro.

Sobre o cenário atual, a empresa diz que precisa observar a evolução do quadro antes de decidir por reajustes. "Nesse cenário, vamos continuar observando [a evolução das cotações] minuto a minuto", resumiu o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna.

CONTINUAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

dinâmicas de trabalho às medidas de isolamento social, adaptando assim o trabalho remoto, prática que não era uma realidade para a grande maioria das empresas brasileiras até então e que, segundo pesquisas realizadas após o fim do choque de risco, foi considerada a grande maioria dos gestores de empresas a nova maneira de trabalhar e comentar que muitas mudanças que ocorreriam em cinco ou dez anos já estão acontecendo. A Fator Seguradora, acompanhando ao todo o mercado financeiro faz a visando sempre proteger a saúde de seus colaboradores e parceiros de negócio.

A DIRETORIA
Diretores e Acionistas da Fator Seguradora S.A.

CONTADOR
Alexandre Lopes Aranda CRC 1SP207590-5

ATUÁRIO
Marcos Falcão MBA 893

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES ANO-BASE: 2021

Responsabilidade dos Atuarias Independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados ao parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e reconhecidos registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores reduzidos da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da FATOR SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2021, elaborados sob a responsabilidade de nossos administradores, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPAVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aprovado pela auditoria atuarial independente.

despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da FATOR SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrados do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos os procedimentos de auditoria sobre as bases de dados selecionadas para amostras de amostras utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrados do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.
Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para a aplicação dos itens integrados do escopo definido no primeiro parágrafo, com equívocos encamificados nas informações dos respectivos Quadros Estatísticos e IIP de Prêmios e Sinistros (excusando-nos desses quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes, tendo sido informado pela Sociedade à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.
São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.
Maria Nassar - Atuária MBA nº 625
Av. Paulista nº 807, conjunto 2315, Bela Vista, São Paulo, SP CEP 01311-100

23. EVENTOS SUBSEQUENTES
Não ocorreram eventos subsequentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, durante, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuação operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor perante a administração
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.
Além disso:
• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado ao planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades econômicas e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras, com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) incorreem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (i) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (ii) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional.

Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados (i) pelo auditor, independentemente se considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo; para reduzir a um nível base a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir a auditoria sobre o nosso objetivo. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificar, omitir ou representar falsas transações.
• Quando entendemos os controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, como objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso da administração da base contábil de continuidade operacional com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamá-la de atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações sobre as demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Os eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nosso trabalho.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2022

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-SP25451810-0
Patrícia de Paula de Silveira Paz Contadora - CRC-1SP198827-0-3

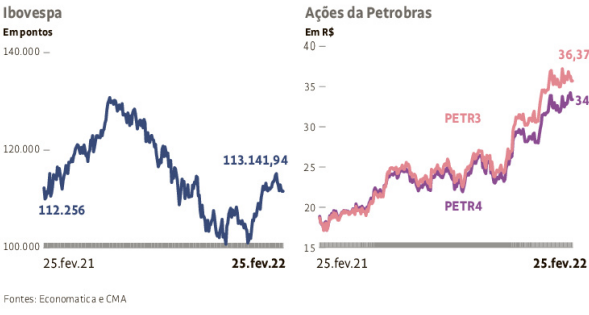
www.fator.com.br

Ações da Petrobras saltam com valorização de 36%

Risco político promete volatilidade; barril do Brent pode atingir US\$ 125 no ano

Lucas Bombana
Na esteira da recuperação do petróleo no mercado internacional, as ações da Petrobras vêm em uma firme trajetória de valorização na Bolsa de Valores.
Na janela de 12 meses encerrada na sexta-feira (25), as ações preferenciais da estatal petrolífera acumulam uma alta de 8,4% na B3, enquanto as ordinárias chegam a avançar 95%.
O índice amplo de ações do Ibovespa sobe cerca de 0,8% no mesmo intervalo.
Para analistas de investimento, o aumento no preço da commodity, que ganhou novo impulso com a invasão da Ucrânia pela Rússia, com a cotação ultrapassando a marca de US\$ 109 (R\$ 515,63) o barril, tende a seguir favorecendo os resultados da empresa nos próximos balanços trimestrais.
E, consequentemente, o bolso dos investidores. Junto com o lucro recorde anual de R\$ 106,6 bilhões anunciado na quarta-feira (23), a Petrobras informou que irá pagar R\$ 7,3 bilhões em dividendos referentes ao quarto trimestre, levando para R\$ 101,4 bilhões o valor pago aos acionistas pelo resultado de 2021.
Análises de mercado apontam que os números apresentados se devem em grande medida à forte geração de caixa da empresa, com o preço médio da commodity ao redor de US\$ 80 (R\$ 412,50) no último trimestre do ano passado.
Com a disparada recente da

Ações da Petrobras e Ibovespa em 12 meses



Fontes: Economica e CMA

matéria-prima, analistas preveem um impacto positivo para os resultados da Petrobras com a estatal provavelmente anunciando novos reajustes dos combustíveis — o último anúncio nesse sentido ocorreu no dia 12 de janeiro.
“Ainda vemos o estatuto social da Petrobras protegendo a empresa de subsidiar combustíveis como no passado, sendo o repasse da escala internacional no preço do Brent uma questão de tempo”, afirmam os analistas da XP em relatório.
A Petrobras disse na quinta-feira (24) que irá aguardar a evolução do cenário internacional antes de decidir por novos repasses de preço.
Se a escalada das tensões entre Rússia e Ucrânia persistir por mais algum tempo, projeções de mercado indicam que a commodity pode expe-

rentar níveis ainda mais elevados, colocando uma pressão adicional sobre a estatal.
Os analistas do banco americano Goldman Sachs não descartam o barril do petróleo Brent testando a barreira dos US\$ 125 (R\$ 644,53) nos próximos meses, a depender da evolução do cenário na Ucrânia.
“A incerteza a respeito de potenciais sanções [à Rússia] começa a criar um choque de oferta em potencial. E até que as incertezas sobre a rápida escalada dos conflitos na Ucrânia sejam resolvidas, a tendência é que o preço do petróleo siga em alta”, afirmam os especialistas.
Além da dinâmica própria do setor, a reestruturação pela qual a Petrobras passou nos últimos anos, com a venda de ativos não essenciais e um foco maior no pré-sal, tornou a

A Petrobras é uma empresa que negocia sob múltiplos modos descontados frente aos pares na Bolsa, que está gerando muito fluxo de caixa e com o pagamento de dividendos extraordinários
Renan Vieira sócio e diretor de investimentos da gestora Taruá Capital

operação bem mais eficiente e rentável do que era em gestões passadas, afirma Lucas Ribeiro, analista de ações da Kínitro Capital.
“As mudanças foram muito drásticas, com uma forte redução do endividamento”, diz Ribeiro, que afirma que a Petrobras é uma aposta importante nos fundos da Kínitro.
Sócio da gestora Finaicap Investimentos, Alexandre Brito acrescenta que a busca por novas fontes renováveis de energia e a redução nos financiamentos para o aumento da produção de petróleo, combinadas com uma demanda que se mantém aquecida, já tem e deve seguir contribuindo para sustentar os preços altos do petróleo em escala global.
“Continuamos com uma visão bastante construtiva para a Petrobras no médio e longo prazo”, afirma Brito, que conta ter na empresa a principal posição dos fundos de ações da Finaicap, representando entre 10% e 15% do total nos portfólios.
Sócio-fundador da casa de análise Nord Research, Bruce Barbosa reconhece que, em comparação aos principais pares internacionais, a Petrobras negocia sob múltiplos descontos que podem ser considerados bastante baratos.
No entanto, esse desconto imposto pelos investidores, assinala o especialista, deve-se justamente ao fato de a estatal estar sujeita ao risco de ser usada para fins políticos e eleitorais.
“Acho que existe um risco grande de o governo usar a Petrobras para financiar uma redução no preço do petróleo”, afirma Barbosa, que faz menção à PEC dos Combustíveis no Congresso.
Por conta disso, ele diz que prefere as ações da petrolífera de capital privado PetroRio dentro do setor de óleo e gás na Bolsa brasileira.
“Até por ser muito menor, com cerca de 1% do volume de produção em relação à Petro-

bras, a PetroRio tem um potencial de crescimento muito maior”, diz.
“Continuamos com uma visão positiva em relação à Petrobras, dado seu novo patamar de lucratividade, o que nos leva a projetar um retorno via dividendos [dividend yields] entre 15% e 25% [sobre o valor de mercado] por ano para a companhia”, afirmam os analistas do UBS BB.
Contudo, eles dizem também que uma eventual mudança do acionista controlador pode limitar a expectativa de lucro no médio e longo prazo, “uma vez que o direcionamento da companhia pode mudar de uma alocação de capital eficiente para uma estratégia mais dedicada ao desenvolvimento do país”.
“A Petrobras é uma empresa que negocia sob múltiplos descontos frente aos pares na Bolsa, que está gerando muito fluxo de caixa e com o pagamento de dividendos extraordinários. Por conta disso, temos conforto de ter Petrobras na carteira dos fundos, apesar de ser uma estatal”, diz Renan Vieira, sócio e diretor de investimentos da gestora Taruá Capital.
Mesmo que o preço do petróleo passe por algum ajuste e volte para níveis de US\$ 80, acima assim, a avaliação do especialista é que o investimento na empresa continua sendo um bom negócio, frente ao atual momento operacional em que a companhia se encontra.
De toda forma, o gestor reconhece que a defasagem de preços com o mercado internacional, que ele calcula atualmente próxima de 15%, gera algum desconforto sobre a política da estatal entre os investidores.
“As ações da Petrobras devem ter muita volatilidade ao longo do ano, mas com um valuation descontado e pagando altos dividendos que chamam a atenção do investidor e atraem compra”, afirma Vieira.

Governo reduz IPI de forma linear em 25%; cigarros ficam fora do corte

Guedes defende devolver alta na arrecadação para população; estados chamam medida de equivocada

Fábio Pupo e
Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (PL) anunciou nesta sexta-feira (25) um corte linear de 25% no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). O decreto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União e não é aplicado a produtos que contêm tabaco, que ficarão sem alteração de alíquotas.

A medida gerou reclamações de estados, que recebem parte das receitas com o IPI. Na visão deles, o governo erra com a iniciativa porque medidas semelhantes adotadas por governos anteriores não conseguiram incentivar a indústria e, além disso, não existe um aumento estrutural da arrecadação que justifique a redução.

O ministro Paulo Guedes (Economia) defendeu a medida dizendo que ela vai impulsionar o parque fabril brasileiro. "A redução de 25% do IPI é um marco do início da reindustrialização brasileira, após quatro décadas de desindustrialização", afirmou. "O imposto" era uma estaca cra-

vada na indústria brasileira, e nós vamos tirar essa estaca."

Segundo o ministro, a equipe chegou a estudar um corte de 50%, mas optou por uma redução mais branda para evitar um impacto grande sobre as indústrias da Zona Franca de Manaus, que tem como um dos seus diferenciais a isenção de IPI sobre os bens produzidos na região.

A política veio para ficar. Agora, tem que haver um enorme respeito com uma região em particular", disse.

Segundo o ministro, a pasta tem uma estratégia para a região Norte que prevê uma transição do uso dos créditos de carbono. "Damos a garantia de que a Zona Franca de Manaus fará a transição", disse.

O governo trabalha em conjunto com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para o desenvolvimento de um mercado de créditos de carbono, e Guedes afirma que o mercado tem potencial de movimentar US\$ 100 bilhões por ano.

Na avaliação do ministério,

o Brasil pode responder por 18% a 25% do mercado global de créditos de carbono.

O texto do decreto prevê um corte de 18,5% no caso dos veículos, mas a Economia explicou que essa categoria já tinha um regime diferenciado, com alíquotas menores do que os demais tributos. Por isso, na prática, o efeito será um corte linear de 25% para todos, à exceção dos produtos de tabaco.

De acordo com Guedes, mais de 300 mil empresas serão beneficiadas pela redução, sobretudo a indústria de transformação.

Daniella Marques, secretária especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, disse que o corte do IPI deve gerar um acréscimo de R\$ 467 bilhões no PIB (Produto Interno Bruto) e de R\$ 314 bilhões nos investimentos, ambos em 15 anos, segundo estimativas da Secretaria de Comércio Exterior.

A medida é vista pelo Ministério da Economia como uma forma de transferir a maior arrecadação observada ao longo dos últimos meses para a população e, ao mesmo tem-

po, amenizar os efeitos da inflação. Apesar disso, Guedes afirma que a contenção dos preços não é o objetivo central da política.

O corte no IPI tem sido comentado internamente também como uma resposta à pressão por cortes tributários voltados aos combustíveis. Para a Economia, a mudança no IPI é mais efetiva e benéfica para o país de uma forma

geral do que subsídios para a gasolina ou o diesel, iniciativas que custariam muito caro e não trariam resultados significativos.

O corte no IPI lembra iniciativas tomadas durante a era petista, quando as alíquotas do imposto também foram cortadas para movimentar a economia. Membros do Ministério da Economia, no entanto, defendem que as medidas são diferentes porque, antes, os cortes não atingiram os setores de forma ampla —beneficiando apenas bens da linha branca e automóveis, setores que têm mais pressão em Brasília.

O impacto fiscal é calculado em R\$ 19,6 bilhões, sendo metade para a União e a outra metade para estados e municípios. Como o IPI é um imposto regulatório, a legislação não exige compensações orçamentárias para cobrir os custos. A Economia afirma que a iniciativa "não afetará a solvência da dívida pública e o compromisso do governo federal com a consolidação fiscal".

O Comsefaz (comitê dos secretários estaduais de Faz-

da) disse, em nota, que a medida intensifica o desequilíbrio fiscal de estados e municípios e deve fragilizar o resultado consolidado do setor público.

"Qualquer redução da arrecadação com a justificativa de que houve aumento estrutural precisa ser visto com preocupação. Os estados enfrentam grave crise fiscal desde 2014, estão longe de recuperar as receitas necessárias para prestar os serviços públicos com a qualidade que a população necessita", afirmam os secretários.

O Comsefaz lembra que, após a crise internacional de 2008, o governo federal implementou uma série de subsídios com o objetivo de estimular a indústria. O IPI foi um dos impostos usados, principalmente na primeira metade da década de 2010, com subsídios para eletrodomésticos da linha branca, automóveis e móveis.

"A medida não alcançou os resultados previstos, como reconheceu o governo da época", afirma o Comsefaz.

Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência disse que as mudanças representam uma diminuição da carga tributária de R\$ 19,5 bilhões para o ano de 2022; R\$ 20,9 bilhões para o ano de 2023 e de R\$ 22,5 bilhões em 2024. "Por se tratar de tributo extrafiscal, de natureza regulatória, é dispensada a apresentação de medidas de compensação, como autorizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal", disse o ministério.

Colaborou Mateus Vargas

Exemplos de produtos com alíquota de IPI reduzida

Micro-ondas
de 35% para 26,25%

Refrigeradores
de 15% para 11,25%

Celular
de 15% para 11,25%

Televisores
de 15% para 11,25%

Ferro de passar
de 10% para 7,5%



O presidente do Inmetro, Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, cumprimenta o ministro Paulo Guedes (Economia), com Jair Bolsonaro no centro. Pedro Ladeira/Folhapress

Inmetro vai adotar postura mais pró-empresa e revogar normas

Fábio Pupo

BRASÍLIA O Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) publicou nesta sexta (25) um novo marco regulatório com diretrizes que alteram de forma significativa o modo como o órgão exerce suas atividades de fiscalização e regulamentação.

A autarquia vinculada ao Ministério da Economia, que hoje trabalha com mais de 500 regulamentações próprias e fiscaliza desde brinquedos e painéis de pressão até automóveis e medidores de petróleo, passava por uma postura de menor intervenção e pró-empresas.

Para isso, buscará se afastar dos produtos de menor risco, revogar ao menos 200 normas vistas como desnecessárias, elevar a participação das empresas na criação de regras, abrir caminho para a autorregulação do mercado e ter postura mais educativa do que punitiva.

O presidente do Inmetro, Marcos Heleno Guerson de

Oliveira Junior, nega que a criação do modelo regulatório vá enfraquecer o poder da autarquia e afirma que o objetivo é gerar eficiência e concentrar as atenções em atividades vistas como mais importantes.

"O Estado não tem condições de fiscalizar tudo no mesmo nível, não tem como regulamentar todos os produtos", afirma à Folha. "Você tem que focar o que é mais urgente e importante. Em produtos em que o risco é menor, é sempre bom que o mercado se regule."

Segundo ele, as mudanças são necessárias para atender a Lei da Liberdade Econômica —sancionada em 2019 e que estabelece garantias de livre mercado e simplificação de regras. As mudanças na autarquia foram discutidas com representantes das empresas em consulta pública.

Todos os normativos do Inmetro serão revisados gradualmente ao longo dos próximos cinco anos. Entre os próximos da lista, estão os textos relacionados a medidores de

energia elétrica, medidores de velocidade de automóveis, taxímetros e mototaxímetros.

Cerca de 40% da regulamentação do Inmetro versa sobre produtos de menor risco, segundo o presidente. Nesses casos, a burocracia para produtos entrarem no mercado pode ser reduzida, inclusive podendo dispensar necessidades de registros no Inmetro. Parte pode ser enxugada e até revogada.

"A ideia nessas revisões é deixar só o essencial. E, principalmente, não ser tão prescritivo em como o produto deve ser — e sim dizer o que ele deve atingir", afirma.

Outra mudança é a fiscalização. Limites de orçamento e força de pessoal impedem que a autarquia vigie uma gama tão ampla de produtos de forma permanente, diz ele.

Por isso, será necessário usar a tecnologia para que a própria sociedade leve suas reclamações ao órgão — e as de maior número ou risco recebam prioridade.

Novas diretrizes do Inmetro

- Incluir uma abordagem educativa, em particular em novas regulamentações, sem necessariamente dar origem a sanções

- Verificar se há outros métodos possíveis, como a autorregulação, antes de regulamentar

- Assegurar a participação das partes interessadas, incluindo empresas, desde o início do processo regulatório

- Estabelecer regulamentos mais abrangentes, responsivos à inovação e mais flexíveis

- Buscar mecanismos de financiamento para custear as atividades, visando à sua sustentação financeira

Ele diz que hoje as inspeções são feitas sem obedecer necessariamente a uma lógica de maior suspeita ou gravidade de problemas, o que faz a autarquia gastar horas de trabalho de servidores em inspeções inócuas.

"É legal não encontrar problema nenhum, mas eu gasto homem-hora. Será que não tem como usar tecnologia e informações do usuário para identificar onde há um sinal de onde pode ter algo errado? E aí a gente entra numa vigilância inteligente de mercado."

Para atingir o objetivo, o Inmetro está desenvolvendo um aplicativo a ser lançado até o fim do ano. Ele permitirá que as pessoas façam denúncia ou registrem suspeitas por meio do celular, fazendo a autarquia planejar fiscalizações conforme a demanda da população.

As mudanças acontecem após o presidente Jair Bolsonaro (PL) ter, há cerca de dois anos, exonerado a direção anterior do Inmetro por ver excesso de intervenção em apa-

relhos usados por taxistas, após motoristas cariocas reclamarem que teriam que trocar os aparelhos.

O presidente do Inmetro, no entanto, diz que as mudanças em implementação começaram a ser estudadas antes do episódio, justamente pela equipe anterior e que foi "implosão" por Bolsonaro.

Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes (Economia) participaram da cerimônia de lançamento do novo marco regulatório do Inmetro nesta sexta-feira. O chefe da equipe econômica lembrou que a troca de gestão da autarquia (com a entrada do atual presidente) ocorreu por cobrança de Bolsonaro, que viu demora na discussão dos taxímetros.

"O Inmetro era um aparelho avançado para proteger interesses privados. Foco questão de dizer isso para dizer que o presidente está atento. Se alguém se distrair, ele vai lá e cobra. Se o sujeito não cumprir, ele troca o de cima e vai trocando", afirmou.

Petrobras não pretende, de imediato, repassar aumento aos combustíveis

Estatual sinaliza que vai esperar um pouco antes de tomar decisão; vai monitorar invasão da Ucrânia, mas não vê, por ora, riscos no abastecimento

Por André Ramalho e Gabriela Ruddy — Do Rio

25/02/2022 05h02 · Atualizado há 2 dias

A Petrobras sinalizou ontem que não responderá de imediato à intensificação da alta do petróleo, decorrente da invasão da Ucrânia pela Rússia, e que vai observar um pouco mais o comportamento da commodity antes de decidir sobre o reajuste dos combustíveis no Brasil. A companhia também afastou riscos ao abastecimento do mercado doméstico, diante dos temores de que o conflito Leste Europeu desequilibre o fluxo de óleo e gás natural no mundo.

- **LEIA MAIS:**
- **[Rússia já enfrenta dificuldades para exportar seu óleo](#)**
- **[Brent atinge a maior cotação desde 2014](#)**
- **[Vale supera Petrobras e alcança lucro de R\\$ 133 bi](#)**

Ante a escalada das tensões geopolíticas, o barril de petróleo do tipo Brent, referência global, chegou a atingir ontem pela manhã o patamar de US\$ 100. Foi a primeira vez que a commodity superou a barreira desde 2014. Depois de o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciar a intenção de liberar a reserva estratégica de petróleo americana, se necessário, para proteger os consumidores do impacto do aumento dos preços, o barril desacelerou e fechou o dia a US\$ 95,42, alta de 1,45%.

A valorização da commodity pressiona diretamente os preços dos combustíveis no Brasil - que já convive com uma inflação dos derivados. Segundo dados mais atualizados da Triad Research, empresa de pesquisa de mercado, o litro da gasolina era comercializado, em média, a R\$ 6,787 no país, no dia 23, enquanto o litro do diesel S10 custava R\$ 5,766, nas bombas. O encarecimento dos combustíveis é alvo de intensa politização na corrida eleitoral de 2022.

O diretor de comercialização e logística da estatal, Claudio Mastella, descartou qualquer mudança na política de preços da petroleira, alinhada desde 2016 ao comportamento dos preços internacionais do petróleo e derivados. Ele reforçou, contudo, que a companhia evita repassar as volatilidades conjunturais aos consumidores. A petroleira está há 44 dias sem mexer nos preços nas refinarias. O executivo afirmou que a desvalorização do dólar ante o real ajudou a compensar parte do aumento do petróleo desde janeiro e permitiu à empresa manter os preços inalterados no período.

A consultoria Stonex estima que existe espaço, hoje, para um reajuste de 7,8% (R\$ 0,28 por litro) nos preços do diesel vendido pela Petrobras nas refinarias. No caso da gasolina, a alta estimada é de 8,1% (R\$ 0,26 por litro), se considerada a defasagem dos preços da estatal para a paridade internacional.

Mastella disse que a companhia vai precisar observar o mercado e do câmbio por mais tempo antes de realizar novos movimentos. “Tivemos um pico hoje [quinta-feira] de preços que ainda não estabilizou. O mercado todo está observando o que está acontecendo, tentando avaliar as consequências e extensão da crise”, comentou, na coletiva de imprensa sobre os resultados financeiros de 2021.

“A Petrobras está monitorando em detalhe a evolução dessa crise na Ucrânia, mas até o momento ela está restrita àquela região. Por conta disso, dada a situação que estamos vendo hoje, não vemos impacto na segurança de atendimento aos nossos clientes aqui no Brasil, que são atendidos primeiro, em grande parte, pela nossa própria produção e uma pequena parcela por importação, mas de origens distantes da região de conflito”, completou.

O diretor de refino e gás natural da Petrobras, Rodrigo Silva, disse que o cenário também não traz riscos de ruptura às importações brasileiras

de gás natural liquefeito (GNL), mas que os custos com regaseificação devem ter um impacto “significativo”.

A Rússia é a maior fornecedora de gás natural da Europa. Esta semana, a Alemanha suspendeu a certificação do gasoduto Nord Stream 2, construído pela estatal russa Gazprom para levar gás da Rússia direto aos alemães. A medida foi uma das mais importantes entre as sanções impostas por países europeus contra o governo russo, em resposta à invasão da Ucrânia. A expectativa é que a Europa recorra às importações de GNL de outros países, sobretudo de grandes produtores como os EUA, e que o balanço de oferta e demanda fique mais apertado.

Os executivos da Petrobras também comentaram sobre potenciais impactos da alta dos preços do petróleo sobre o planejamento estratégico da companhia. O diretor de desenvolvimento da produção, João Henrique Rittershausen, disse que não vê espaços, no curto prazo, para antecipações de projetos. A companhia tem 15 plataformas previstas para começar a operar até 2026. “Não há espaço para mudar o plano de produção nos próximos três a quatro anos”, afirmou o executivo, em teleconferência com analistas e investidores.

Ele ainda disse que ainda falta uma clareza maior sobre qual será o impacto da valorização do petróleo sobre a inflação de custos dos fornecedores. A indústria global de óleo e gás, como um todo, tem sentido os efeitos do aumento dos custos, diante do desarranjo das cadeias produtivas após a eclosão da pandemia e da alta da commodity. “Em nossas análises acreditamos que, para ter um aumento nos preços de equipamentos e serviços, precisaríamos ter uma perspectiva de que vamos permanecer com preços altos por um longo período”, afirmou.

Eventuais mudanças no plano de negócios da companhia só serão discutidas no âmbito da revisão do planejamento plurianual - que costuma ser atualizado no fim do ano. O diretor financeiro, Rodrigo Araújo, afirmou que, mesmo com a expectativa de aumento da geração de caixa, a estatal segue focada em investir apenas em novos projetos de exploração e produção de óleo e gás que sejam rentáveis com o barril a US\$ 35.

Ele disse, ainda, que a companhia pode avaliar uma distribuição extraordinária de dividendos ao final do ano, dependendo do cenário de preços no mercado em 2022. A empresa encerrou 2021 com um lucro líquido acumulado de R\$ 106 bilhões e se comprometeu a pagar

um valor recorde de R\$ 101,4 bilhões aos acionistas, relativo ao exercício do ano passado.

Em função da volatilidade do mercado, Araújo disse ainda que é impossível antecipar, neste momento, quando a empresa retomará os planos de avançar com a oferta secundária das ações da Braskem, em conjunto com a Novonor (ex-Odebrecht). A operação estava prevista para janeiro, mas foi adiada, segundo Araújo, devido às dificuldades trazidas pelo ambiente de mercado “bastante desafiador”. “O que temos feito é avaliar melhor momento de mercado.”



Diretor financeiro da estatal, Rodrigo Araújo, diz que, mesmo com perspectiva de geração de caixa forte, empresa só investirá em projeto resiliente a preços baixos — Foto: Divulgação

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Lauro De Freitas

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

LINK PATROCINADO

Ortopedistas estão impressionados com a capacidade dessa joelheira

POWER KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Casal recém-casado se divorcia em apenas uma semana. O noivo descobre a verdade chocante durante a noite de núpcias.

VIBRANT-WORLD

LINK PATROCINADO

Estas raças estão entre as mais caras do mundo

INVESTING.COM

LINK PATROCINADO

Tênis Caterpillar indicado para homens que valorizam segurança

LOJA TÊNIS CAT 2021

Comprar agora

Câmara legaliza jogo do bicho e cassino

Deputados rejeitam imposto maior sobre atividade, que pagará menos que remédio e alimento

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

25/02/2022 05h01 · Atualizado há 2 dias



Ramos: "Uma Cide de 17% vai transformar o Brasil no paraíso fiscal dos jogos porque o mundo inteiro adota 30%, 40%, 50%, além da tributação normal" — Foto: Paulo Sergio/Câmara dos Deputados - 13/12/2021

A Câmara dos Deputados concluiu ontem aprovação do projeto de lei que legaliza os jogos de azar, como cassinos, bingos e jogo do bicho, e rejeitou uma tributação maior sobre essas atividades, que pagarão menos impostos que medicamentos e comida. Todas as emendas propostas pelos partidos para alterar o projeto acabaram rejeitadas e o texto seguiu para o Senado.

- **Ministro de Bolsonaro teve 20 eventos em SP em fevereiro**

- **Por que Bolsonaro desautoriza Mourao sobre guerra na Ucrânia**
- **Gilmar defende plano parar tirar brasileiros da Ucrânia**

A Ucrânia não é tão longe

Após a Câmara aprovar a legalização dos jogos em sessão na noite de quarta-feira, por 246 votos a 202, ontem os principais debates foram sobre os impostos que serão cobrados. Pelo texto aprovado, haverá a cobrança de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) de 17% apenas sobre o faturamento líquido (diferença entre o valor das apostas e os gastos com o pagamento de prêmios).

O projeto determina que não poderá haver cobrança de “quaisquer outras contribuições ou impostos sobre o faturamento, a renda ou o lucro decorrentes da exploração de jogos e apostas” além da Cide. O PCdoB apresentou emenda para excluir essa isenção, mas foi rejeitada por 234 votos a 175. Outra emenda, do PT, para elevar a Cide a 30%, foi derrotada por 255 a 166.

O relator, deputado Felipe Carreras (PSB-PE), defendeu que a Cide de 17% já seria alta. “A gente está tratando da indústria dos jogos como entretenimento. No Brasil, as empresas de entretenimento pagam carga tributária de 16,33%, incidindo IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e ISS, quando o município cobra 5% de ISS. Em várias cidades, o ISS é 2% e as empresas de entretenimento pagam 13,33% de carga total”, disse.

Líder do PCdoB, o deputado Renildo Calheiros (PE) argumentou que o tributo será menor porque o próprio relator prevê que 80% do dinheiro obtido com as apostas será pago como prêmio. O dispositivo aprovado diz que os 17% incidirão apenas sobre os valores que ficarem com as empresas -20% do valor apostado, portanto. “É um valor muito pequeno e o projeto invade legislações de competência estadual e municipal, essa isenção é inconstitucional”, afirmou.

Outros deputados compararam que os medicamentos têm carga tributária de 33% e alimentos como arroz, feijão e macarrão, de 18%, superiores ao que será cobrado dos jogos. “Uma das características desse tipo de tributo é a seletividade, ou seja, as atividades mais danosas pagam mais tributos para que as menos danosas paguem menos”, disse o deputado Marcelo Ramos (PSD-AM). “Uma Cide de 17% vai transformar o Brasil no paraíso fiscal dos jogos porque o mundo inteiro adota 30%, 40%, 50%”, acusou.

Além da Cide, as empresas pagarão uma taxa de fiscalização trimestral entre R\$ 20 mil (plataformas digitais e jogo do bicho) e R\$ 600 mil (cassinos) e destinarão 1% de seu faturamento para financiar entidades de esportes, como o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), uma instituição não governamental. A fiscalização ficará a cargo de uma agência reguladora a ser criada pelo Executivo e que ficará vinculada ao Ministério da Economia.

O projeto acaba com a proibição da exploração de jogos de azar, hoje uma contravenção penal, e libera cassinos, bingos, jogo do bicho e apostas em plataformas digitais. Essas atividades dependerão de uma licença emitida pelo governo federal, com número limitado (no caso de cassinos em resorts turísticos, por exemplo, haverá de um a três por Estado, dependendo da população). Quem continuar operando sem licença passará a cometer um crime - mas a pena máxima será de quatro anos de detenção, o que permite o cumprimento em regime aberto.

Na votação, os partidos se dividiram, mas a maioria apoiou a legalização. Na oposição, o PSB (partido do relator) “liberou” seus deputados. O PDT do pré-candidato Ciro Gomes apoiou integralmente. O PT, num processo de reaproximação com o

eleitorado evangélico, principal base de apoio do presidente Jair Bolsonaro, votou contra.

Bolsonaro enviou mensagem de celular para alguns deputados pedindo a rejeição, mas não deu declarações públicas sobre a proposta e seu governo “lavou as mãos”. Novamente, o líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), e o partido de Bolsonaro, o PL, “liberaram” seus deputados para que votassem como quisessem e não trabalharam contra o projeto.

O veto presidencial, contudo, pode ser decisivo para o projeto. Para aprovar o texto, era necessário apenas maioria simples (quem tivesse mais votos, ganhava). Para derrubar o veto, é necessário maioria absoluta, de 257 deputados, 11 a mais do que os que votaram a favor ontem.

Na base governista, apenas o Republicanos, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, votou contra o projeto. As bancadas evangélica e católica foram as mais ativas na tentativa de barrar a legalização dos jogos, alegando que o vício pode destruir famílias. O texto, contudo, teve como principal defensor e articulador o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), aliado de Bolsonaro.

O líder do Novo, deputado Tiago Mitraud (MG), defendeu que o Estado não deve inibir o empreendedorismo e nem a liberdade de a pessoa consumir os produtos que deseja, mesmo que tragam malefícios. “Não faz sentido o Estado brasileiro impedir o empreendedor de investir no país, impedir o cidadão de ter acesso ao serviço que, como foi muito bem dito aqui, ele já consome. Mas consome hoje na ilegalidade, consome hoje financiando a criminalidade. Por isso, a regulamentação é importante”, disse.

O deputado João Campos (Republicanos-GO) protestou que o foco da Câmara deveria ser a reforma tributária ou o preço dos combustíveis. “O argumento de que os jogos existem e, portanto, devem ser legalizados é simplista. O tráfico de drogas existe. O tráfico de órgãos humanos existe. O aborto existe. Temos o aborto permitido por lei e o aborto que é crime. É assim também com a realidade dos jogos. Temos jogos permitidos por lei e

temos jogos que são contravenções penais. O que tem que prevalecer aqui são os valores da sociedade brasileira”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Lauro De Freitas

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

LINK PATROCINADO

Ortopedistas estão impressionados com a capacidade dessa joelheira

POWER KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Tênis Caterpillar indicado para homens que valorizam segurança

LOJA TÊNIS CAT 2021

Comprar agora

LINK PATROCINADO

Estas raças estão entre as mais caras do mundo

INVESTING.COM

LINK PATROCINADO

Apague o incêndio na sua próstata

PROST FORCE

Clique aqui

Mais do Valor Econômico



Cibersegurança durante a invasão da Rússia na Ucrânia: 10 dicas para driblar ataques de ransomware

A onda de ataques cibernéticos de sequestros de dados (ransomware), que se intensificou nas últimas semanas, colocou empresas brasileiras em estado de alerta

28/02/2022 10:44 — Em Empresas

Gazprom e Rosneft continuam financiando a Rússia em meio a sanções do Ocidente sobre sistema financeiro

Rússia continua exportando grandes

Câmara aprova Lei Paulo Gustavo de socorro à cultura

Projeto prevê repasse de R\$ 3,8 bilhões a Estados e municípios para ajuda ao setor

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

25/02/2022 05h01 · Atualizado há 3 dias

A Câmara aprovou ontem, por 411 votos a 27 votos, a proposta que estabelece que a União repasse R\$ 3,8 bilhões a Estados e municípios para a realização de ações de socorro ao setor cultural, um dos mais afetados pela crise sanitária. O texto retornará para nova apreciação do Senado, em função de mudanças no projeto feitas pelos deputados.

A decisão do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), de colocar a proposta em votação foi um aceno a partidos de oposição, que estavam insatisfeitos com a possibilidade de veto pelo presidente Jair Bolsonaro. A sinalização de veto foi dada pelo secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, André Porciuncula, que chegou a classificar o texto como “loucura”, no Twitter.

Segundo apurou o **Valor**, o relator José Guimarães (PT-CE) aceitou fazer ajustes em seu parecer diante do compromisso de aliados de Bolsonaro de que a matéria seria sancionada.

Batizada de “Lei Paulo Gustavo”, a proposta prevê, que dos R\$ 3,8 bilhões que serão repassados, R\$ 2,79 bilhões sejam destinados para ações no setor audiovisual, enquanto R\$ 1,06 bilhão para ações emergenciais no setor cultural por meio de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor ou outras formas de seleção pública simplificadas.

Entre as contrapartidas, o texto prevê que os contemplados pelos recursos realizem exposições com interação popular por internet ou exposições públicas. A ideia é que ocorra a distribuição gratuita de ingressos, priorizando alunos e professores de escolas públicas ou

universidades, públicas ou privadas, que tenham estudantes do Programa Universidade para Todos (Prouni), profissionais de saúde, preferencialmente aqueles envolvidos no combate à pandemia e membros de grupos e coletivos culturais e de associações comunitárias, ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade.

Além disso, a proposta estabelece que os beneficiários deverão fortalecer os sistemas estaduais, distrital e municipais de cultura existentes ou implantá-los, a partir da criação de conselhos, planos e fundos estaduais, distrital e municipais de cultura.

O texto ainda estabelece a necessidade de prestação de contas sobre utilização das verbas repassadas. A proposta prevê que, se não forem feitas as devidas adequações orçamentárias nos prazos previstos, os recursos deverão ser devolvidos pelos estados e municípios.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Lauro De Freitas

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

Estas raças estão entre as mais caras do mundo

INVESTING.COM

LINK PATROCINADO

Ortopedistas estão impressionados com a capacidade dessa joelheira

POWER KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

LINK PATROCINADO

39 Empreendedores brasileiros que acabaram sem nada

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

O Som perfeito com alta qualidade e grave!

LOJAS PLATINUM

Comprar agora

Corte julga se sócio deve pagar dívida tributária da empresa

STJ definirá como pode ser redirecionada execução fiscal após a dissolução irregular da empresa

Por Beatriz Olivon — De Brasília

25/02/2022 05h00 · Atualizado há 3 dias

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) retomou o julgamento em que vai definir de que forma pode ser redirecionada **execução fiscal** quando ocorre a **dissolução irregular** da empresa. Está em jogo se, para responder pela dívida, o sócio-administrador ou gerente precisa ter participado do **encerramento da atividade** e do **não pagamento do tributo**, ou se apenas uma dessas situações bastaria.

- **LEIA MAIS:**
- **STJ livra ex-sócio ou administrador de dívidas tributárias da empresa**
- **Justiça protege bens de sócios de empresas em crise**
- **Fisco pode suspender execução fiscal e ser credor em insolvência**

O tema é julgado em recurso repetitivo e, portanto, a decisão servirá de orientação para as instâncias inferiores. Por enquanto, dois ministros votaram que, para o redirecionamento, basta a dissolução irregular, e um voto exige as duas situações.

A relatora do caso é a ministra **Assusete Magalhães**. Ela já votou pela possibilidade de sócios e administradores responderem pelas dívidas independentemente se estavam ou não na empresa no momento em que o tributo foi gerado ou deixou de ser pago (REsp 1643944, REsp 1645281, REsp 1645333 e REsp 1867199).

Para ela, o redirecionamento é gerado pela dissolução irregular da pessoa jurídica ou a presunção de sua ocorrência, que configura infração à lei, um ilícito civil. Então, o momento do não pagamento do tributo não teria relevância.

A ministra afirmou ainda que exigir as duas condições poderia criar uma situação em que, mesmo diante da ocorrência de um ilícito, não haveria sanção. O ministro **Og Fernandes** acompanhou o entendimento da relatora.

A divergência foi aberta ontem, com o voto-vista da ministra **Regina Helena Costa**. “Há exigência da simultaneidade sim”, disse. Para a ministra, o redirecionamento da execução fiscal só poderá ser autorizado contra o sócio-gerente que figure concomitantemente no momento do fato jurídico tributário e da dissolução irregular da empresa.

A ministra destacou que a mera **inadimplência**, apesar de infração tributária, não acarreta a responsabilização dos sócios. É necessário mostrar, acrescentou, que o inadimplemento decorreu da prática de **ato ilícito** pelos gestores da pessoa jurídica que incorreram em excesso de poderes.

“A caracterização do excesso de poderes reclama, além da prática de ‘atos alheios aos fins da sociedade empresarial’, a produção de consequências fiscais típicas”, afirmou. A ministra citou precedentes do STJ no sentido de que a mera falta de pagamento de tributo não leva à responsabilidade subsidiária dos sócios.

Regina Helena Costa destacou ainda que não se trata de não pagar por descuido, mas de ato doloso, ilícito que gera o não pagamento da obrigação tributária. No voto, destacou que, em 2019, a 1ª Seção entendeu que o ilícito é relevante para configurar o ato do gestor.

Assim, para a ministra, a dissolução irregular não é fato suficiente para redirecionar a cobrança ao sócio, a menos que se reconheça um nex

causal entre o ilícito que gera o inadimplemento de obrigação tributária e a dissolução irregular.

“É excepcional porque é uma pessoa física respondendo por débitos de uma pessoa jurídica. Ela vai responder com patrimônio pessoal porque praticou um ilícito”, disse. Após seu voto, o ministro Herman Benjamin pediu vista, suspendendo o julgamento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O vinho mais caro do mundo

ONIVINO

LINK PATROCINADO

Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Lauro De Freitas

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

LINK PATROCINADO

Ortopedistas estão impressionados com a capacidade dessa joelheira

POWER KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Tênis Caterpillar indicado para homens que valorizam segurança

LOJA TÊNIS CAT 2021

Comprar agora

LINK PATROCINADO

O melhor som de altíssima qualidade.

LOJAS PLATINUM

Comprar agora

Enzo Celulari sobre estilo de vida sustentável: "Deixei de consumir diversas marcas de moda e beleza"

UM SÓ PLANETA

Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil

UM SÓ PLANETA

Olivia Wilde: Sustentabilidade é o novo sexy

UM SÓ PLANETA

Ver comentários

Mais do Valor **Econômico**



Por Claudia Safatle

Trabalhou na Gazeta Mercantil por 18 anos, foi repórter especial da Folha, diretora do JB, assessora do Banco Central e diretora-adjunta de redação do Valor

Com a guerra, aumenta a inflação no Brasil

Os impactos da invasão Russa à Ucrânia chegam ao país nos preços da energia e dos combustíveis

25/02/2022 05h01 · Atualizado há 3 dias

A guerra declarada pela Rússia, que invadiu a Ucrânia ontem por terra, mar e ar, deverá trazer um pesado custo para o Brasil. Os impactos chegam aqui nos preços da energia e dos combustíveis. A Petrobras não vai poder segurar os preços da gasolina, do gás e do diesel por muito tempo. Ontem, o preço do barril de petróleo superou a marca de US\$ 105 na máxima do dia, fechando em US\$ 99,36 o barril do tipo brent

São questões “politicamente muito carregadas, com coisas muito impopulares, que afetam o mundo todo e não só o Brasil”, comentou um ex-presidente do Banco Central, que optou pelo anonimato. “Vai ser uma grande confusão”, previu ele.

Dois projetos que pretendem estabilizar os preços dos combustíveis ficaram de ser analisados e votados pelo Senado Federal após o carnaval. O relator dos projetos é o senador Jean Paul Prates (PT-RN). Ele colocou o gás de cozinha na lista dos combustíveis que deverão ter um novo modo de cobrança dos impostos, sobretudo do ICMS estadual.

O primeiro impacto da invasão russa na Ucrânia ocorreu nos preços dos ativos, com um movimento dos mercados em busca de segurança. As bolsas caíram e os investidores correram para o dólar, tido como

um ativo mais seguro. A cotação do real frente ao dólar, que estava em franca valorização, começou a cair. A taxa de câmbio, que até então ajudava o Banco Central no combate à inflação, ontem mudou de sinal.

“Cenário é péssimo para enfrentar uma crise dessas”

No fim do dia, havia uma sensação de “alívio” nos mercados por que a reação dos países contrários à invasão de Vladimir Putin não teria sido tão pesada com o se supunha.

“Terminamos o dia com uma realidade melhor do que imaginávamos, pois as sanções à Rússia poderiam ter sido bem piores”, disse uma outra fonte do mercado financeiro. Nada autoriza a crer que os próximos dias também trarão sensação de alívio.

A guerra trará mais inflação na veia dos brasileiros, justamente em um momento em que o BC tenta conter a escalada dos preços. Trata-se de um choque de oferta que, em tempos mais normais, poderia ser acomodado no tempo. Mas se o BC deixar a inflação do IPCA sair dos atuais 10% para eventuais 15%, ficará mais difícil controlar um aumento generalizado de preços.

“Estamos com um péssimo cenário para enfrentar uma crise dessas” comentou a fonte. “Se vier um grande choque, como se imagina, o Banco Central vai ter que aceitar uma taxa de inflação mais elevada este ano e o ano que vem, mesmo subindo os juros e esticando para 2023 o aperto monetário”. Nesse sentido, está morta a expectativa de uma variação do IPCA da ordem de 5% este ano.

Uma questão que ontem estava sendo colocada por fontes oficiais se referia ao temor de o país ser mais punido do que os demais emergentes, pelos mercados, por causa da solidariedade hipotecada por Jair Bolsonaro ao governo de Vladimir Putin. Fontes do mercado financeiro negaram qualquer iniciativa nessa direção, até porque consideram o presidente do Brasil um “pato manco”.

O que incomoda os mercados é a falta de clareza sobre os dados fiscais para este ano. O governo não estabeleceu metas fiscais para o exercício, sob a crença de que voltará a obedecer a lei do teto de gastos, que foi corrompida no ano que passou por conta dos precatórios.

Nem tudo, porém, será negativo para o Brasil, já que os preços das commodities que exportamos seguem em alta. Melhor ter mais inflação do que ter uma crise cambial. Mário Henrique Simonsen já dizia que "Inflação aleija, mas uma crise de balanço de pagamentos mata". Vale lembrar que a inflação de 10,06% em 2021 ajudou o governo a encerrar o ano com resultados bons na área da política fiscal.

Para uma fonte graduada do mercado financeiro, no aspecto geopolítico, a guerra iniciada ontem marcaria "o fim da hegemonia dos Estados Unidos no mundo" e isso estará nos livros de história daqui algumas décadas. E "a Europa não será mais a mesma". Em mil anos, pela primeira vez a Europa tem um período de paz tão prolongado. São quase 80 anos, desde a Segunda Guerra.

Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Vem aí o C40 Recharge

VOLVO

Saiba mais

LINK PATROCINADO

Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Lauro De Freitas

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Jogar

LINK PATROCINADO

Estas raças estão entre as mais caras do mundo

INVESTING.COM

LINK PATROCINADO

Ortopedistas estão impressionados com a capacidade dessa joelheira

POWER KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

O melhor som de altíssima qualidade.

LOJAS PLATINUM

Comprar agora

Banco do Brics deve estudar bloqueio de crédito à Rússia

Congelamento do fluxo de recursos poderá ser a única opção, a depender do alcance das ações que estão sendo impostas a Moscou pela Europa e pelos EUA

Por Marcos de Moura e Souza — De São Paulo

25/02/2022 05h01 · Atualizado há 3 dias

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) - que tem como sócios principais o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul - terá de avaliar em breve se tomará uma decisão contrária aos interesses da Rússia depois do ataque militar de Moscou à Ucrânia.

A medida a ser decidida pelo conselho do chamado banco do Brics e pelos países membros é se congelará a concessão de financiamentos (novos ou já aprovados) para empreendimentos russos.

O congelamento do fluxo de crédito poderá ser a única opção que restará à direção do banco, a depender do alcance das ações que estão sendo impostas à Rússia pela Europa e pelos EUA.

Um dos cenários é que a instituição possa ser punida com restrições ou multas por furar as sanções que estão sendo desenhadas contra a Rússia.

O NBD tem como presidente o brasileiro Marcos Troyjo e como vice-presidente e chief operating officer, o russo Vladimir Kazbekov.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, é quem representa o Brasil no conselho dos governos do banco.

Em 2014, os primeiros sócios assinaram no Brasil um acordo para a criação do NBD; em 2016, o banco passou a operar. No ano passado, a instituição ganhou dois novos membros: Bangladesh e Emirados

Árabes Unidos. O Egito e Uruguai foram também admitidos pelo conselho do banco, mas oficialmente ainda não se tornaram membros.

O banco capta recursos no mercado internacional a um custo mais baixo do pagariam os países-membros em captações diretas. Isso porque o rating do banco é melhor do que a média dos países-membros.

Uma fonte do **Valor** lembra que a concessão de crédito à Rússia foi restringida depois de 2014 pelo Banco Mundial e pelo IFC, seu braço para operações privadas. As restrições à época também foram impostas pelo Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (EBRD, na sigla em inglês), que tem a Rússia como um dos países membros.

As restrições naquele momento foram uma resposta à invasão russa a região da Crimeia.

A mesma fonte lembra que parte do crédito que deixou de fluir para a Rússia do Banco Mundial acabou sendo substituída por créditos concedidos pelo NBD.

A questão agora é se o banco do Brics repetirá o roteiro das instituições multilaterais em 2014 e também cortará o fluxo de recursos para projetos russos na própria Rússia ou em terceiros países.

Entre os projetos aprovados pelo NBD estão uma linha de crédito para programas relacionados à pandemia de até US\$ 1 bilhão, US\$ 400 milhões para um projeto de um porto; até US\$ 300 milhões para um programa de habitação, mais US\$ 300 milhões para um projeto de expansão da rede de celular, entre outros.